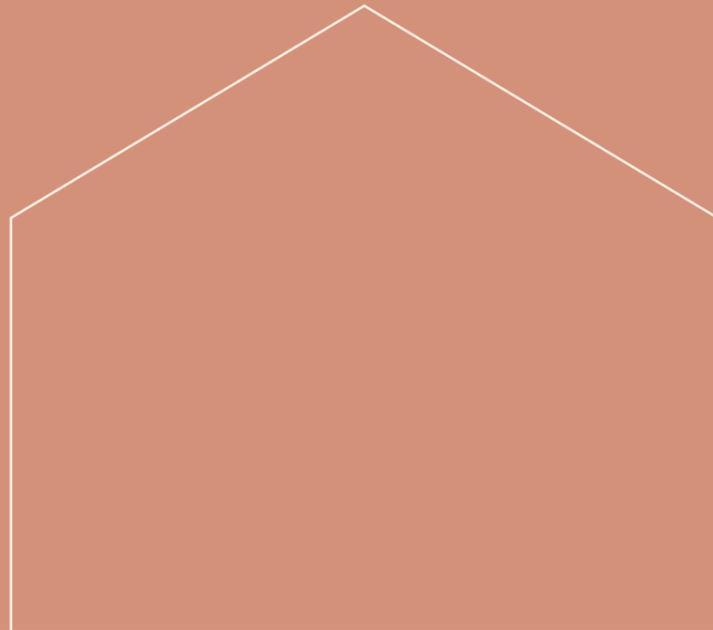
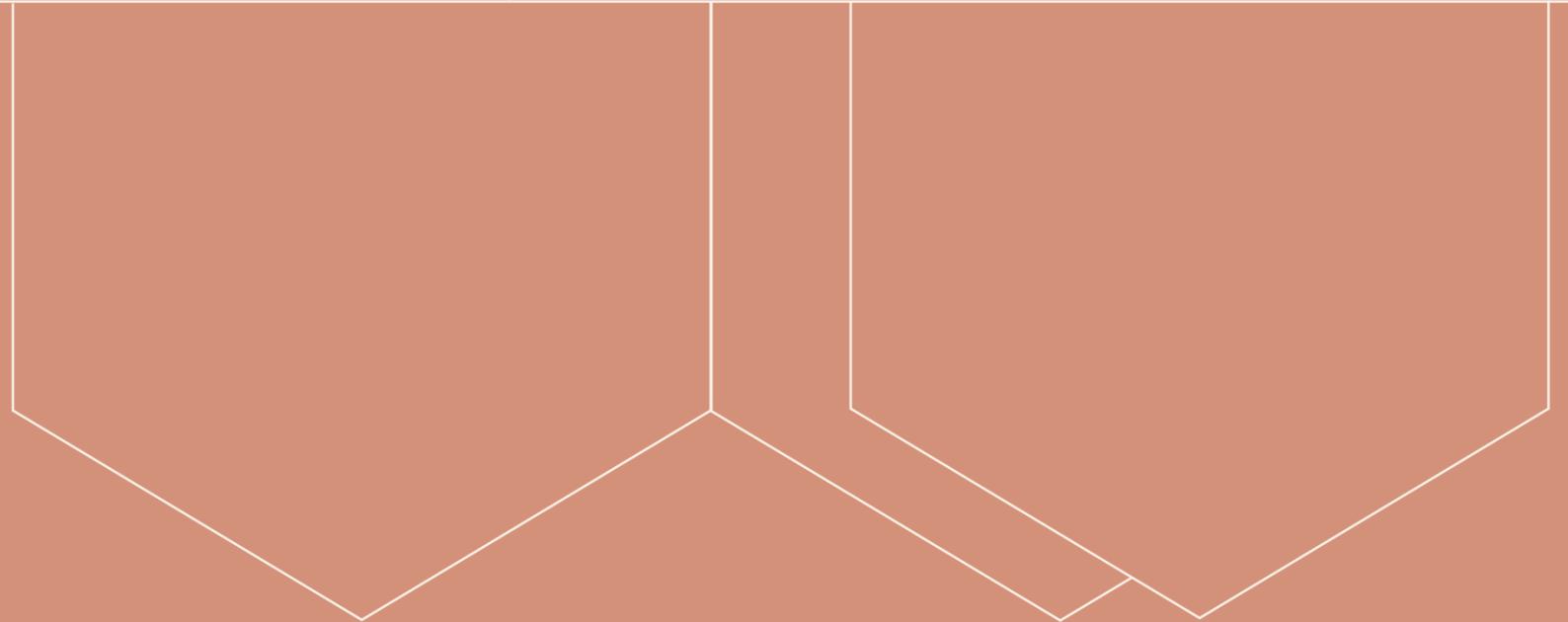


Trabalho de Conclusão de Curso
Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Santa Catarina
Semestre 22.2



Republicar:
Construindo o Desligamento Gradual de Jovens Egressos
das Instituições de Acolhimento em Florianópolis



Larissa da Silva Alves
Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Máira Longhinotti Felipe
Florianópolis
Março, 2023

Sumário

Introdução

3

1 Psicologia Ambiental

- 1.1 A Relação Pessoa-Ambiente 4
- 1.2 Reguladores Espaciais 4
- 1.3 A Casa, o Bairro e os Vizinhos 5

4

2 Acolhimento Institucional

- 2.1 Estrutura e Princípios 6
- 2.2 A Formação Psicológica das Crianças e Adolescentes Institucionalizados 8
- 2.3 Desligamento Institucional por Maioridade 8
- 2.4 Modalidade de acolhimento: República 8
- 2.5 A Realidade do Jovem Egresso 9

6

3 Proposta

- 3.1 Justificativa Projetual 10
- 3.2 Agentes de Intervenção e Viabilidade 10
- 3.3 Caracterização do Público Alvo 10

10

4 Análise Urbana

- 4.1 Raio de Caminhabilidade 11
- 4.2 Zoneamento 12
- 4.3 Cheios e Vazios 12
- 4.4 Uso e Ocupação 13
- 4.5 Sistema Viário 13
- 4.6 O Terreno 14

11

5 O Projeto

- 5.1 Diretrizes 16
- 5.2 Programa de Necessidades 16
- 5.3 Requalificação das Vias 17
- 5.4 Setorização e Fluxograma 17
- 5.5 O Instituto 19
- 5.6 A Vila de Repúblicas 21
- 5.7 Plantas Baixas 23
- 5.7 Cortes 27
- 5.8 República 28

15

Referências 31

6

Agradecimentos

Agradeço ao meu pai, Edson, e à minha mãe, Lídia, por sempre me apoiarem em todas as esferas da vida. Obrigada por depositarem em mim toda confiança e amor e por acreditarem, até quando as adversidades da vida me faziam pensar o contrário. Vocês são a minha base, minha inspiração de dedicação e perseverança, pois mesmo com todas as dificuldades, vocês nunca desistiram. Nada disso seria possível sem vocês ao meu lado. Amo muito vocês.

Aos amigos queridos que a graduação me proporcionou, vocês fizeram essa jornada valer a pena, obrigada por todo cuidado nos momentos de surto e toda parceria ao longo desses quase sete anos. Vou levar o carinho e as boas lembranças do Back Together para o resto da vida. Esses longos anos seriam muito mais difíceis sem vocês. De modo especial, gostaria de agradecer à Nailan, minha duplinha da graduação, obrigada por todos os trabalhos em grupo e pela paciência com as minhas teimosias. Muito desse trabalho tem o seu olhar cuidadoso e suas sugestões, tenho certeza que ele não seria o mesmo sem isso. Também não poderia deixar de agradecer a minha parceirinha de TCC, Stefani, obrigada pelos surtos coletivos nessa fase caótica do curso e por todas as palavras de amparo. Filmente podemos dizer que conseguimos, tenho muito orgulho de nós, mas principalmente de ti.

Meus eternos obrigadas à minha orientadora, Maira, sem sua calma e sua atenção, esse trabalho não tomaria forma. Obrigada pela paciência e pelos assessoramentos que por muitas vezes foram verdadeiras sessões de terapia. Graças a você esse momento foi muito mais leve que eu esperava.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus familiares pelo apoio emocional, carinho, amor e preocupação. Ao meu avô e minha tia, obrigada por sempre me incluírem nas suas orações e por sempre mandarem forças, mesmo com a distância. Para todos que já se foram, vocês permanecem vivos em mim e fazem parte do meu ser. E vó, espero que a senhora esteja orgulhosa aí de cima.

Introdução

O espaço físico é um agente modelador da sociedade e a arquitetura como principal autora deste espaço, possui um papel social na criação de ambientes democráticos, atendendo as necessidades dos mais diversos públicos. Esse papel ultrapassa as questões físicas, uma vez que o espaço, seja ele construído ou natural, influencia diretamente no âmbito emocional do indivíduo e pode ser um aliado no desenvolvimento da sua psique. Logo, pode-se pressupor que a moradia e os equipamentos essenciais pensados com qualidade física e psicológica é um direito de todos. Todavia essa não é a realidade para alguns grupos de pessoas. Ao estender o olhar para o sistema de acolhimento brasileiro, entende-se que o país possui uma séria deficiência de políticas públicas, especialmente para jovens egressos das instituições de acolhimento. No momento em que atingem a maioridade, esses indivíduos perdem a garantia de proteção pelo Estado e são obrigados a deixarem as instituições que os acolheram, em muitos casos, durante boa parte de suas vidas. Sem uma preparação adequada para esse momento e com a inexistência de políticas de pós acolhimento, os jovens vêem-se desamparados e enfrentam uma segunda sensação de abandono. Mesmo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) orientando para a existência de repúblicas que amparem jovens em situação de vulnerabilidade, são poucos os estados que atendem essa premissa e, ainda assim, mostram-se locais inapropriados e pouco convidativos para esse público.

Com a crise da pandemia de COVID-19, alguns projetos de leis foram criados e outros discutidos para atender esses jovens, garantindo-lhes direitos mínimos, como o Projeto de Lei Federal nº 1118/22 (antiga PLS 507/18) que determina a responsabilidade do poder público na garantia de moradia para esse público. E o projeto municipal Benefício Desacolhimento do programa Floripa Cidade Coração que garante um salário mínimo para jovens desligados em situação de vulnerabilidade, durante seis meses.

Apesar dessas prerrogativas, entende-se que a problemática do desacolhimento não é somente as questões financeiras e de moradia. Jovens egressos carregam uma bagagem de traumas, oriunda da falta da rede de afeto, que atrapalham o seu desenvolvimento. Isso somado ao despreparo nas instituições, dificultam a inserção na vida adulta. Abraçando os projetos de lei e se atentando às demandas de rede apoio desconsideradas pelas políticas públicas, o presente trabalho visa estabelecer uma relação entre a arquitetura e a psicologia ambiental, a fim de construir um espaço que garanta o desligamento gradual de jovens egressos de instituições de acolhimento, de forma a prepará-los para a vida adulta.

“Art. 2º O Poder Público é responsável pela criação de serviço de apoio para garantir moradia acessível destinada a jovens egressos de instituições que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que tenham vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, que estejam em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para prover o próprio sustento.” (Projeto de Lei nº 1118 de 2022)

Objetivo

A partir dos conceitos teóricos e práticos discutidos ao longo desse trabalho, propõem-se um projeto arquitetônico de um espaço democrático que fomente o desligamento gradual para jovens de 18 a 21 anos em vulnerabilidade social. Utilizando como diretrizes os conceitos da psicologia ambiental, a legislação brasileira e bases teóricas, buscou-se investigar a relação desses indivíduos com o ambiente em que é inserido, gerando como produto um espaço que supra as necessidades habitacionais e que ofereça apoio psicossocial e profissionalizante. Com trabalho focado na autonomia, autossuficiência e independência desses jovens ao longo desses três anos, acredita-se que um desligamento mais saudável e menos abrupto seja alcançado, tornando esses indivíduos protagonistas da sua própria história e agentes ativos na garantia de uma sociedade mais democrática e equitativa.

Estrutura e Metodologia

O projeto será embasado em cinco eixos de trabalho, estruturados da seguinte forma:

- **Referencial teórico:** primeiramente, a partir de fundamentações de alguns estudiosos da área de psicologia ambiental, serão abordadas as relações pessoa-ambiente, utilizando o estudo dos reguladores espaciais como base para compreender a interação do ser humano com o espaço que habita e transita. A partir desse embasamento, o estudo entrará mais especificamente nos aspectos da habitação e na importância desse equipamento para formação do ser protagonista e pertencente ao espaço. Subsequentemente, os estudos entrarão nos aspectos relacionados ao sistema de acolhimento brasileiro, explicitando suas legislações e orientações para a construção de um espaço adequado para esses jovens egressos.
- **Estudos de Caso:** Após a conclusão dos estudos teóricos, serão consideradas, entrevistas de alguns livros e teses que trarão diretrizes importantes para a proposta.
- **Análise do Local:** Em seguida, será realizada a motivação pelo local escolhido e a análise da morfologia urbana da região, abrangendo o zoneamento, uso do solo, cheios e vazios e o sistema viário. Essa análise será feita para garantir a adequação do equipamento na área que será proposta sua inserção.
- **Diretrizes de Trabalho:** Com as análises e seguindo os direcionamentos apontados no referencial teórico e nos estudos de caso, serão propostas diretrizes que materializarão todo o estudo feito, a partir dessas diretrizes serão apontados o programa de necessidades que resultarão no projeto final.
- **Projeto Final:** Por fim, definirá-se um produto final, em nível de anteprojeto arquitetônico, onde serão apresentados os elementos que compõem o espaço proposto e intenções projetuais de funcionamento do projeto, além de trabalhar na adequação de espaços abertos de forma a potencializar a conexão do equipamento com o seu entorno.

Psicologia Ambiental

Considera-se que as emoções do indivíduo são mediadoras da relação que é estabelecida com o seu meio construído ou natural. Isso se dá pelos estudos que vão contra o pensamento de Descartes, afirmando que o ser humano existe porque sente e os seus sentimentos e as suas emoções são alguns dos elementos que proporcionam a sua racionalidade. Em outras palavras, são as emoções que ditarão os comportamentos sociais e a transformação do espaço em um território emocional, o qual materializa a subjetividade do indivíduo (CAVALCANTE et al., 2018). Todavia essa relação é considerada mútua, visto que uma pessoa pode criar e transformar um ambiente, assim como um ambiente pode criar e transformar essa mesma pessoa. Dessa forma, a Psicologia Ambiental surge justamente para investigar essas relações bidirecionais entre o sujeito e os ambientes sociofísicos, priorizando as propriedades físicas do ambiente que influenciam no comportamento humano em determinado contexto ambiental (GÜNTHER et al., 2019).

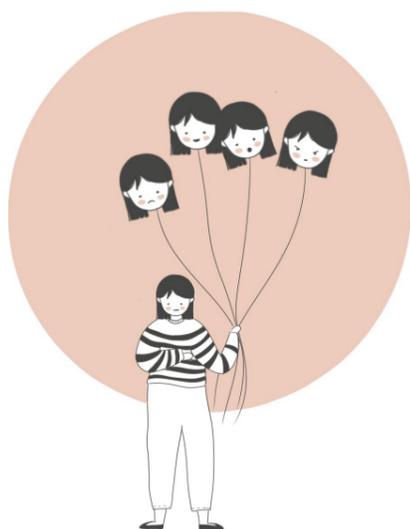
No mundo real, entretanto, essas propriedades físicas geralmente são negligenciadas, principalmente ao se tratar de espaços direcionados para adolescentes e jovens adultos, salvo pelas recomendações gerais que esses devem ser estimulantes. Visto que a maior parte das experiências de vida dos indivíduos estão atreladas a lugares, o ambiente construído ou natural, transforma-se no espelho do ser humano. Como pontua Savi (2018), o ambiente se manifesta como um modelo social de organização, ao mesmo tempo em que serve como instrumento funcional e como cultura. A autora ainda esclarece que esse ambiente é formado por diversos elementos objetivos, como forma, função e cor, e elementos subjetivos, como sentido perceptivo, espacial, proxêmico e entre outros. Mas é certo que todos os impactos que o ambiente pode causar no ser, são inteiramente únicos, de acordo com a experiência e vivência de cada um. Em uma instituição de acolhimento, por exemplo, o espaço pode ser visto por diversas óticas, enquanto para o visitante é um espaço que promove todas as necessidades dos adolescentes, para os internos podem faltar elementos que possibilitam certa identidade e apropriação do espaço. Por conta disso é preciso ter uma visão holística, fundamentada no estudo da relação pessoa-ambiente.

1.1 A Relação Pessoa-Ambiente

Para elucidar essa relação é importante apresentar algumas considerações feitas por Russell e Lanius (1984), as quais apontam que todo ambiente físico fomenta emoções e possui a habilidade de transmutar o estado emocional do indivíduo a partir de uma avaliação afetiva do espaço. Assim, o ambiente contribui para o comportamento humano e suas relações interpessoais, entretanto, isso não ocorre de forma homogênea e globalizada para todos os indivíduos, visto que a singularidade do ser faz com que o ambiente seja experienciado de forma distinta pelos sujeitos e grupos. Por essa razão, a relação pessoa-ambiente torna-se ainda mais relevante quando o ambiente físico se transforma em um ambiente significativo. Isso é, o indivíduo, através de um conjunto de elementos, passa a conhecer amplamente o ambiente e, com isso, atribui uma série de significados, tornando o que era um espaço indiferenciado, em um lugar (ARAGONÉS et al., 2004).

É a partir de processos cognitivos, como o conhecimento e a orientação, e processos afetivos, como atração pelos lugares, autoestima e bem-estar, que a identificação com um certo ambiente é criada. Esse vínculo afetivo com o lugar é tão importante para o sujeito quanto são as emoções para o pensamento, pois serve como cenário tanto para as suas ações, quanto para sua atribuição de significados, tornando-se uma extensão da subjetividade do ser humano (CAVALCANTE et al., 2018). Com esse pensamento, é possível sugerir que ao falar de alguém estamos falando mutuamente de um lugar e vice-versa.

Quando se trata das instituições de acolhimento, é esperado que esse ambiente não seja apenas um local de abrigo e proteção física, mas principalmente de construção de significados e identificação, culminando no sentimento de estar em casa, visto que a grande maioria dos internos passam boa parte da infância e/ou adolescência nesses espaços.



1.2 Reguladores Espaciais

Reguladores espaciais permitem que o sujeito se adapte ao ambiente em que está inserido, compreendendo e regulando sua relação com o meio físico. Existem diversos deles, mas segundo Günther (2003), quatro são essenciais para alcançar esse objetivo: a privacidade, a territorialidade, a aglomeração e o espaço pessoal. Como a ação e a relação humana são uma simbiose, dificilmente esses reguladores acontecem de maneira isolada, mas para o estudo, é importante compreender separadamente, ao menos, os quatro

Imagem 01: Representação Gráfica das Emoções. Autoria Própria.

principais.

Na Psicologia Ambiental, a privacidade é definida como a regulação ou controle seletivo das relações e interações sociais em um determinado cenário ou ainda, das informações pessoais oferecidas ao outro, de maneira bilateral, ou seja, tanto do indivíduo (ou grupo) para o outro, quanto do outro para o indivíduo. Sendo um fenômeno complexo, que abrange muitas esferas do sujeito e da sociedade, a privacidade está diretamente ligada à cultura de um local, logo, pelas múltiplas culturas existentes, as formas de privacidade também são múltiplas e diferentes. Algumas formas de expressar a privacidade são elencadas nos estudos feitos por Westin (1967), divididas nas duas formas de controle, sendo:

- **Controle da Interação Social:** **solidão:** refere-se a estar só, longe do olhar dos outros; **isolamento:** diminuir ou cessar, intencionalmente, o contato com outras pessoas por um período de tempo; **e intimidade:** oportunidade de preservar uma relação mais próxima com um grupo afetivo.
- **Controle das Informações Recebidas:** - **anonimato:** a possibilidade de não ser identificado num meio público; e **reserva:** moderar o acesso de informações próprias ao longo de uma conversa.

Responsável pela construção de parte da subjetividade do indivíduo e da sua saúde física e psicológica, o mesmo autor aborda algumas funções principais da privacidade na psique humana, como a autonomia pessoal - responsável por evitar a influência dos outros sobre si -, a autoavaliação - tendo o poder de analisar-se em determinadas situações - e a identidade pessoal - o que permite a autodefinição e sua posição no ambiente sociofísico. Nas instituições de acolhimento, este regulador pode ser prejudicado quando há restrições de uso nos próprios quartos e imposição de horários para atividades diárias. Essas ações resultam em uma alteração comportamental. Por isso, entende-se que a habitação, seja coletiva ou individual, através de uma distribuição adequada, deve suprir as necessidades de privacidade de seus residentes (ARAGONÉS et al., 2004; CAVALCANTE et al., 2018; SAVI, 2018).

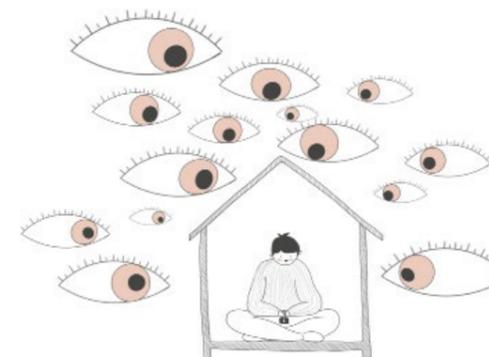


Imagem 02: Representação Gráfica da Privacidade. Autoria Própria

A territorialidade está diretamente ligada à privacidade, todavia, enquanto esta relaciona-se com o controle de acesso a si, aquela conecta-se com o controle de acesso ao espaço físico, ou seja, limites perceptíveis. Esse regulador está relacionado com uma diversidade de elementos pessoais, socioculturais e contextuais, isto é, resulta do ser, do conviver e do ambiente, determinando a identidade do sujeito e seu papel no mundo.

O espaço físico está relacionado tanto na esfera privada, com atividades de conservação da intimidade, quanto na pública, com atividades coletivas, mas atualmente essas esferas são mais permeáveis e indissociáveis, o que nos permite classificá-las de maneira mais ampla, gerando alguns tipos de territórios como: primários, secundários e públicos. Os primários são aqueles pertencentes, exclusivamente, a uma pessoa ou grupo primário, claramente identificados e demarcados, comumente possuem grande importância no self¹, pois atuam como uma extensão subjetiva do sujeito. A habitação é um dos exemplos desse território, já que é considerada como refúgio pessoal e assegura a função de intimidade da família.

Já territórios secundários, também nomeados como semipúblicos, não possuem o uso exclusivo de uma pessoa ou grupo, normalmente há a necessidade de modificar, revezar ou compartilhar com estranhos. Eles possuem menos significados para seus ocupantes e suas regras se modificam de acordo com o grupo que atua no momento, um exemplo desses territórios são as quadras ou campos esportivos alugados por um grupo de amigos. Por sua vez, os territórios públicos são direito de todos, sem restrição de uso, salvo condutas discriminatórias e inaceitáveis (ARAGONÉS et al., 2004; CAVALCANTE et al., 2018). A territorialidade possui algumas funções importantes como a de interação, organização social e identidade pessoal, essa última é uma das mais



Imagem 03: Representação Gráfica da Territorialidade. Autoria Própria.

relevantes em um ambiente institucional, visto que acarreta aspectos de personalização e apropriação. Quando um espaço é modificado com a personalidade de seus ocupantes, torna-se um reflexo dos interesses e valores de um indivíduo e conseqüentemente mais próprio e pertencente a ele, além de facilitar as impressões do sujeito nos outros. Já a apropriação vai além dos conceitos de personalização, sendo um processo dinâmico, ela ocorre como uma **transformação comportamental**, territorialidades e espaço pessoal, e **simbólica**, processos afetivos e cognitivos. Essas contribuições podem aprofundar a relação de apego ao lugar e o sentimento de “estar em casa”, partes significativas no ordenamento do espaço (ARAGONÉS et al., 2004; CAVALCANTE et al., 2018; SAVI, 2018).

A distância e o espaço disponível entre as pessoas são fundamentais para conhecer o ambiente e afetar o comportamento e o sentimento dos indivíduos. É possível estruturar o espaço em três níveis distintos, o primeiro é o infracultural, o qual remete aos comportamentos sociais baseados na filogenética, ou seja o passado biológico do ser humano. O segundo seria o pré-cultural, refere-se às condutas intrínsecas nas sensações e fisiologias, e possui uma base comum para todos, mas os aspectos culturais entregam-lhe significados específicos. Por fim a dimensão microcultural, relaciona-se com o espaço pessoal, nível de mais relevância para esse estudo (ARAGONÉS et al., 2004). O espaço pessoal pode ser definido como uma área subjetiva, com limites invisíveis em torno do corpo humano e quando invadida causa estranhamento e desconforto. Esse espaço não possui valores estáveis e tampouco são facilmente mensuráveis, visto que sua formação depende de várias variáveis, como características pessoais, vínculos afetivos, cultura e gênero. Apesar de sua alta subjetividade e difícil controle, esse é um elemento substancial para o senso de individualidade e seus limites. Na eventualidade de haver invasão desse espaço, ou seja avanços não pretendidos ou permitidos, são comuns sentimentos negativos como ansiedade e fadiga. Isso pode ser absorvido nos casos de intimidade, mas na impossibilidade desse vínculo, é possível amenizar o desconforto, obedecendo a classificação de espaços pessoais proposta por Hall (2005), as quais são íntima, pessoal, social e pública. A distância íntima incorpora um espaço de 0 a 15 cm e 15 a 45 cm, nesse intervalo ocorre trocas e estimulações de todos os sentidos que, comumente, não são aceitas em locais públicos e quando estranhos se vem nessa situação em lugares lotados, como no ônibus, reagem de maneira inexpressiva, evitando o contato visual e claro desconforto. Afastando-se mais, temos a distância pessoal, possui um afastamento de 45 a 75 cm e 75 a 125 cm, considerada a zona de proteção do indivíduo, habitualmente utilizada nas interações normais. Após, ocorre a distância social que ocorre entre 125 a 200 cm e 200 a 350 cm, nesse intervalo a comunicação perde o teor de intimidade, muitas vezes utilizada em contatos profissionais. Por último, o distanciamento público que ultrapassa os 350 cm, nesse afastamento a comunicação torna-se formal e a voz mais projetada, essa distância ocorre entre um palestrante e seu o público, por exemplo. A partir disso, entende-se que o espaço pessoal atua como um mecanismo de comunicação e regulação da intimidade e da manutenção da autoproteção, amortecendo ameaças físicas e emocionais (ARAGONÉS et al., 2004; CAVALCANTE et al., 2018; SAVI, 2018). Dessa forma o sujeito pode atingir “um espaço mínimo de conforto e afirmação de um lugar, do modo de ocupação e do uso que se faz dele, além do sentido que lhe é atribuído” (CAVALCANTE et al., 2018, p.233).



Imagem 04: Representação Gráfica do Espaço Pessoal. Autoria Própria.

Como último regulador espacial, tem-se a aglomeração, conceito que está diretamente relacionado com o tamanho do espaço físico. Quando este não supre a necessidade do indivíduo, causa a impressão de local densificado, mesmo que não tem a densidade elevada. Esse regulador por vezes afeta o anterior, inibindo-o, são inúmeras as conseqüências disso e em suma maioria negativas, pois afastam psicologicamente do contexto e em ambientes institucionais podem causar uma generalização, coibindo a personalização e apropriação. Ao se tratar de jovens e adolescentes, essa sensação de aglomeração pode ser ainda mais maléfica, visto que nessa fase é necessário um maior grau de privacidade e territorialidade para a formação da identidade, autonomia e raciocínio moral (SAVI, 2018).



Imagem 05: Representação Gráfica da Aglomeração. Autoria Própria.

Esses reguladores espaciais são como as cores primárias, quando materializados de forma equilibrada em um espaço físico, transformam-se em um leque de conceitos tão importantes quanto para um ambiente institucional. Eles acentuam a sensação de casa, tão expressa nos manuais de orientações técnicas e naturaliza a apropriação e o apego ao lugar. Essa é uma maneira de garantir um desenvolvimento psicossocial saudável e amenizar o impacto das situações traumáticas pelas quais esses jovens passaram.

1.3 A Casa, o Bairro e os Vizinhos

A casa pode ser considerada como o principal ambiente e agente da relação humana e sua psique. Ela transcende a forma geométrica e vai além de um elemento isolado num contexto espacial, já que sua influência ultrapassa os limites tangíveis. Dessa forma, segundo Aragonés et al. (2004), cria-se um sistema de habitar que pode ser sistematizado em três níveis distintos: a casa, o bairro e os vizinhos.

De acordo com o mesmo autor, a casa está num nível físico, mas seu significado ultrapassa o palpável, isto é, a casa não somente é uma estrutura material, mas é também e principalmente um fenômeno cultural. Habitar um espaço acarreta em uma série de significados e pertencimento do ser. Para descrevê-la é possível utilizar cinco dimensões: 1) permanente/temporário - nela, os padrões de comportamento no interior da casa são distintos de acordo com sua tipologia; 2) diferenciado/homogêneo - essa segunda dimensão, refere-se ao nível de especificidades contidos nos cômodos da habitação, a diferenciação está atrelada a personalização e dessa forma, afeta os comportamentos de privacidade e territorialidade; 3) comunal/não comunal - a terceira trata-se da quantidade que esta casa é compartilhada pelos membros da família de várias gerações; 4) identidade/comunidade - essa dimensão é representada por dois pólos, de um lado se encontram os interesse e as necessidades de cada habitante e de outro, a cultura mais generalizada e estereotipada de um povo; 5) aberto/fechado - a última dimensão, refere-se ao nível de abertura da casa para não integrantes, neste ponto, utiliza-se de maneira instintiva o gradiente de intimidade para o desenho da habitação, cujo na parte frontal tendem a estar cômodos públicos, como a salas e cozinhas, enquanto as regiões de retaguarda são reservadas para ambientes privados, como os quartos. Com a vivência na residência e seus significado, a casa deixa de ser um espaço construído, torna-se lugar e dessa forma,

“[...] transforma-se o sentido de casa para um espaço habitado, rico de significados, onde o sentido de liberdade e a posse são pontos fundamentais e que se materializam através das regras de uso: privacidade e territorialidade” (SAVI, 2018, p.121)

O bairro, assim como a casa, pode ser referido como um nível pessoal, visto que suas fronteiras não são estritamente demarcadas e podem alterar de pessoa para pessoa. É possível retratá-lo em duas de dimensões, uma física, o qual é entendido como uma zona adjacente à habitação, com serviços e equipamentos essenciais para o bem-estar e outra psicossocial, onde o bairro é compreendido como local de estabelecimento de vínculos afetivos e redes de apoio que fomentam o sentido de pertencimento. O bairro ainda pode ser dissecado em macro e microvizinhança, aquela representada por uma escala mais ampla, atingindo ruas principais e essa por uma zona imediata, gerada pelas seis casas mais próximas. Dessa forma, compreende-se que a tipologia dos bairros, depende da interação entre os moradores e da sua identificação com o espaço (Aragonés et al., 2004).

Os vizinhos são entendidos como uma dimensão social, subentendida nos conceitos de casa e bairro. A forma de desenho da habitação ou do bairro, podem interferir na interação dos moradores daquele local. Isso ocorre através da proximidade entre os vizinhos tanto física, quanto funcional que os obriga estarem em contato frequente. E também, através do sentimento de comunidade e vínculos de vizinhança que envolvem a relação entre os vizinhos, o papel que o espaço desempenha no indivíduo e a territorialidade no âmbito residencial.

Dessa maneira, Aragonés et al. (2004) propõe que:

“Por ambiente residencial, portanto, entende-se não apenas a casa em suas dimensões restritas, mas também o espaço próximo -físico e social- onde está localizada e onde o sujeito realiza grande parte de suas atividades cotidianas.” (ARAGONÉS et al., 2004, p.174)

Quando esses elementos que estruturam o ambiente residencial são equilibrados, promovem um vínculo afetivo positivo entre as pessoas e o seu meio, despertando o apego ao lugar e o sentimento de “estar em casa”. Essa satisfação com o espaço, provoca comportamentos e ferramentas adaptativas que moldam o sujeito e facilitam

a vivência e convivência no ambiente. Se o projeto do espaço e seu entorno não suprem essas necessidades, podem gerar sensações negativas, como o medo, exposto por Aragonés et al. (2004), ao mencionar as situações de conjuntos habitacionais, os quais possuem projetos antagônicos à ambientes do tipo “cidade pequena”, responsáveis por instigar uma densa rede de apoio que proporciona segurança.

Para os ambientes institucionais, é tão importante entender a dinâmica interna necessária para o bom convívio e desenvolvimento, quanto entender esses níveis do habitar. Dessa forma conhecer os padrões de comportamento dos internos, possibilita o planejamento e o projeto de ambientes adequados e confortáveis. Para tanto, pode-se utilizar três categorias, a primeira é a gestão do espaço entre os habitantes da residência, diretamente ligada à privacidade doméstica, a qual promove o controle espacial e de informação. Com a negligência dessa esfera, ocorrem diversas reações, como protesto e dispersão psicológica e de adaptação, ações intuitivas para equilibrar a interação e o conforto do espaço. A segunda categoria é o efeito da arquitetura do espaço sobre o comportamento do indivíduo, essa relação varia de acordo com o perfil socioeconômico e etário, jovens adultos tendem a escolher habitações multifamiliares, próximas ao centro das cidades. A terceira categoria é o lazer doméstico, garantindo entretenimento e relaxamento para os ocupantes. É comum que ambientes institucionais estejam condicionados a classificação na qualidade de segurança, alimentação e higiene, desprezando o lazer, a privacidade mínima, desconsiderando esse espaço de caráter privado e confidencial, tão importante para a formação e o desenvolvimento do indivíduo, especialmente na adolescência.



Imagem 06: Linha do Tempo sobre o acolhimento institucional brasileiro. Autoria Própria.

No Brasil, a proteção integral da criança e do adolescente está assegurada por lei, sendo um dever da família, da comunidade e da sociedade em geral, garantir os seus direitos. Entretanto, muitas vezes essa conduta falha e esses indivíduos são expostos a riscos pessoais e sociais. Nesse ponto, cabe ao Estado cumprir o papel de agente assegurador, inserindo medidas protetivas, tendo como última instância, o acolhimento institucional, que deveria ser aplicado em casos de excepcionalidade e com caráter temporário, priorizando o fortalecimento dos laços familiares e comunitários para possibilitar a reinserção do indivíduo em sua família de origem.

A partir de 2009, a denominação “acolhimento institucional” começou a ser aplicada, substituindo o termo “abrigo”. Com o intuito de alterar o entendimento de um local que atende às funções básicas e emergenciais, para o acolhimento com um caráter mais emocional, que costuma-se estabelecer ligações de identidade de lugar e apropriação (SAVI, 2018). Sendo uma medida protetiva de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o serviço de acolhimento institucional deve seguir várias normativas, baseadas na Constituição Brasileira e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), legislações que reconhecem as crianças e os adolescentes como “[...] pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990, p.27).

De maneira sintética, a história do assistencialismo e do direito da criança e adolescente está representada por uma linha do tempo (Imagem 6) e através dela, pode-se analisar que o período que antecede o ECA foi marcado com ações perversas como a imposição da cultura às crianças pelos colonizadores, o infanticídio disfarçado de Roda dos Expostos, a legitimação do higienismo, a criminalização da pobreza e as medidas punitivas de Código Menores. (PEREZ; PASSONE, 2010). Somente no final dos anos 1980 que as crianças e os adolescentes começam a ser tratadas como sujeitos de direitos e com uma política de proteção integral pela nova carta constitucional, a Constituição Cidadã. A qual combate o modelo, até então imposto, de repressão e correccional, garantindo o direito de todas as crianças e adolescentes do país. Esse novo pensamento culminou na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, dando início a quarta e atual fase.

O ECA, juntamente com a sua atualização (Lei nº 12.010/2009) e a lei nº13.010/2014, reformularam a forma e o local de atendimento, extinguindo as grandes instituições e criando várias modalidades de assistência, assegurando a defesa, proteção e desenvolvimento integral da criança e do adolescente, mediante a efetivação de políticas sociais públicas (BRASIL, 1990). Portanto, essas legislações emergiram a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, estabelecendo ações referentes à “[...] política de atendimento e dos programas sociais, serviços de prevenção e entidades assistenciais, traçando medidas de proteção e organização pública” (LEAL E CARVALHO, 2017, p.25).

O Acolhimento Institucional

Dentre as medidas de assistência está o acolhimento institucional que oferece moradia temporária e excepcional com diferentes modalidades, tendo como premissa a reparação dos direitos violados, garantindo a convivência familiar e comunitária. Dessa forma, diferentemente de todas as políticas anteriores, o Estatuto da Criança e do Adolescente valorizou o papel da família, compreendendo sua importância no desenvolvimento da criança e do adolescente, “[...] assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, art. 3).

2.1 Estrutura e Princípios

Seguindo as diretrizes nacionais de medida protetiva, o acolhimento institucional atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. Conforme o artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, isso pode ocorrer por: ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e ainda em razão de sua conduta (BRASIL, 1990). Isso é decidido pelo poder judiciário e os encaminhamentos podem ser feitos pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, pelo Sistema Único de Assistência Social ou pelos Conselhos Tutelares. A instituição designada para o acolhimento desses indivíduos, deve oferecer moradia e alimentação, além de garantir todos os outros direitos básicos da criança e do adolescente, mas sempre com a premissa de assegurar a manutenção das relações familiares, garantindo-lhes uma estadia breve e o retorno às famílias de origem ou, em alguns casos excepcionais, à uma família substituta (SAVI, 2018; SILVA, 2010). Além disso, o ambiente precisa promover a capacidade de adaptação e fortalecer a autonomia, facilitando a reinserção social do indivíduo acolhido, principalmente no caso de jovens desligados obrigatoriamente ao atingirem a maioridade, principal foco de estudo do presente trabalho.

A equipe técnica responsável por garantir essas condutas deve ser formada por: psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais. Estes devem seguir os princípios impostos na cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), feita pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sendo elas:

- Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Provisoriamente do Afastamento do Convívio Familiar;
- Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários;
- Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação;
- Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado;
- Garantia de Liberdade de Crença e Religião;
- Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.

Seguindo esses princípios, principalmente o que se refere ao atendimento personalizado e individualizado, o serviço de acolhimento oferece diferentes modalidades, conforme a situação familiar, faixa etária, estado físico e psíquico das crianças e dos adolescentes, além de outros tantos requisitos que compõem a especificidade de cada indivíduo. A escolha da modalidade de acolhimento pode ser: casa de passagem, casa-lar, abrigo institucional ou república, discriminadas na Imagem 07 (SAVI, 2018).

Casa de Passagem	Abrigo Institucional	Casa Lar	República
Porta de entrada da assistência, sob responsabilidade de uma equipe multidisciplinar que tem o papel de diagnosticar e encaminhar as crianças e os adolescentes.	Acolhimento como medida protetiva, destinada para crianças e adolescentes em situação de risco. Possui capacidade para 20 crianças/adolescentes	Possui papel similar aos abrigos, mas necessita que um educador ou cuidador seja residente da casa. Possui capacidade para 10 crianças/adolescentes	Tem como público alvo os jovens maiores de idade oriundos das instituições de acolhimento que não possuem vínculo familiar e nem condições de autossustentação. Possui capacidade para 6 jovens.

Imagem 07: Definição dos tipos de acolhimento. Adaptação própria baseada em Savi(2018).

Seja qual for a modalidade designada para a criança e o adolescente, eles permanecem na instituição pelo período acordado no processo da Justiça, podendo ser emergencial, de curta, média ou longa permanência, conforme especificado na Imagem 08. A permanência por mais de dois anos deve ser sempre evitada, salvo em casos raros, todavia essa não é a realidade das instituições, a composição do sistema de acolhimento brasileiro, transforma a exceção em um padrão corriqueiro.

Tipo	Tempo
Acolhimento Emergencial	Até um mês
Acolhimento de Curta Permanência	Até seis meses
Acolhimento de Médio Permanência	Até dois anos
Acolhimento de Longa Permanência	Superior a dois anos

Imagem 08: Nomenclatura do tempo de acolhimento. Adaptação própria baseada em Savi(2018).

Os ambientes que configuram essas modalidades de acolhimento, necessitam assemelhar-se com uma residência e para isso deve possuir um número pequeno de acolhidos, com o máximo de 20 indivíduos. Além de localizar-se em áreas residenciais e em contato com a comunidade, os espaços internos devem promover integração, mas principalmente privacidade, com auxílio de objetos pessoais e registro de vida, de forma que o indivíduo possa personalizar o espaço, fortalecendo vínculos de pertencimento e afeto. Apesar disso, as orientações nacionais pouco tratam das diretrizes arquitetônicas para esses espaços institucionais, falam-se de números, relações de acolhidos e proporção de ambientes, mas deixam de lado o fator qualitativo desses cômodos. Isso torna as instituições de acolhimento, locais inadequados, pois ignoram-se as dimensões materiais e imateriais da habitação, deixando de lado a autonomia, privacidade, territorialidade e as especificidades que cada indivíduo necessita para se sentir em um lar (SAVI, 2018; SILVA, 2010).

Segundo os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, Santa Catarina está entre os destaques na quantidade de indivíduos menores de idade acolhidos, tendo o sexto maior índice, com suas 1.457 crianças e adolescentes sob os cuidados de 133 instituições com Serviço de Acolhimento Institucional. Ao analisar os gráficos (Imagem 09) disponibilizados pelo mesmo órgão, compreende-se o perfil de acolhidos do estado, o qual é composto, aproximadamente 50% por adolescentes, isto é, indivíduos com faixa etária entre doze anos e dezoito anos incompletos. Quanto ao gênero, mostra-se praticamente igualado, com uma diferença de +4,8% no público feminino.

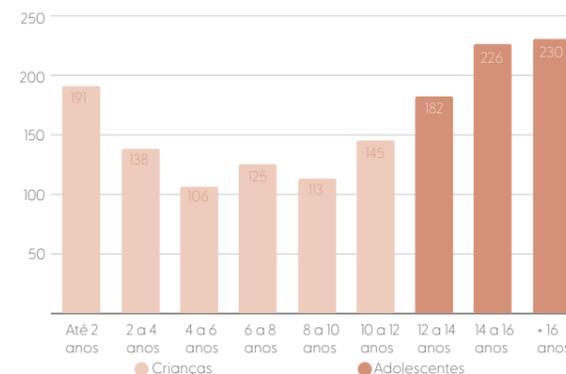
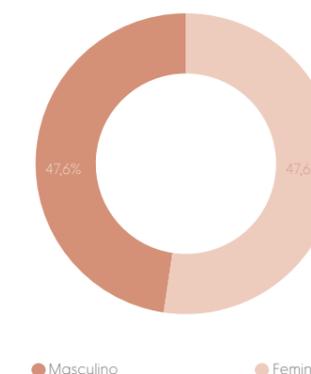


Imagem 09: Gráficos do Perfil de Acolhimento em Santa Catarina. Adaptação própria baseada nos dados do SNA.



Em Florianópolis, município escolhido para abrigar o presente trabalho, oferece o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes através da Diretoria de Proteção Social Especial e Gerência de Alta Complexidade. Os dados da cidade, refletem o cenário estadual, durante o ano de 2021, estavam acolhidos 223 crianças e adolescente, sendo quase 50% adolescentes a partir dos doze anos (Imagem 10).

A cidade conta com dez unidades de acolhimento para crianças e adolescentes, sendo: oito serviços cofinanciados e somente duas de responsabilidade do município (Imagem 11).

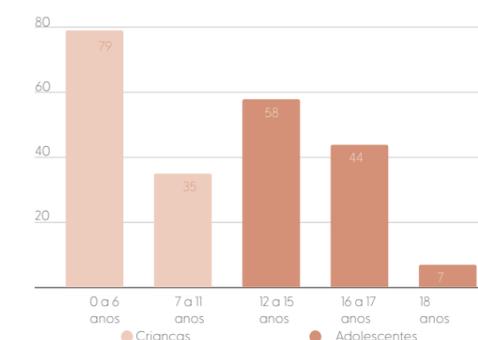


Imagem 10: Gráficos do Perfil de Acolhimento em Florianópolis. Adaptação própria baseada nos dados da cidade.

Un. de Acolhimento	Faixa Etária	Capacidade
Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito/CCEA	0 a 18 anos	08
Casa Lar Semente Viva	2 a 12 anos	10
Casa Lar Emaus/Ação Social Missão	6 a 12 anos	10
Casa Lar Luz do Caminho	0 a 5 anos	10
Lar Nossa Senhora do Carmo/OSCO PAC	4 a 12 anos	20
Lar Recanto do Carinho	0 a 6 anos	14
Lar São Vicente de Paulo/IDES	0 a 6 anos	20
Lar Seara da Esperança/SERTE	0 a 6 anos	10
Casa de Acolhimento Municipal para meninas	7 a 18 anos	20
Casa de Acolhimento Municipal para meninos	12 a 18 anos	10

Imagem 11: Listagem das Instituições em Florianópolis. Adaptação própria baseada nos dados da cidade.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025 de Florianópolis, as unidades de acolhimento municipais, atendem crianças e adolescentes de 07 a 17 anos de idade e estão localizadas em zona residencial, o que facilita o convívio familiar e comunitário dos atendidos pelo serviço e possui um entorno provido de escolas públicas, saúde e lazer, a fim de garantir o atendimento integral. Tendo o objetivo de semelhar-se ao máximo com uma residência, as crianças e adolescentes atendidos nas instituições de acolhimento, possuem deveres com a organização do espaço e momentos para estudos e lazer. Para os adolescentes a instituição oferece programas de capacitação para o mercado de trabalho, através do Menor Aprendiz, (FLORIANÓPOLIS, 2021)

O ambiente físico da casa de acolhimento municipal, conta com quatro quartos, cozinha, três banheiros, área de serviço, sala de estar e de jantar. E uma equipe de apoio com coordenador, assistente social, psicólogo,

educadores sociais, cozinheira, auxiliar de serviços gerais e motorista. Com tal estrutura, a instituição garante que a criança e o adolescente sejam acolhidos em condições de dignidade, com a preservação da sua identidade, integridade e história de vida, além de acesso à alimentação adequada e benefícios, programas e os demais serviços públicos (FLORIANÓPOLIS, 2021)

2.2 A Formação Psicológica das Crianças e Adolescentes Institucionalizados

Sabe-se que para um desenvolvimento psicológico saudável, é necessário uma série de fatores subjetivos, genéticos e ambientais iniciados desde a primeira infância. Para compreender o público para o qual o trabalho é direcionado, é importante que se entenda esses fatores e o que a falta deles acarretam no ser. O ambiente em que uma criança cresce e o grupo em que ela está inserida, sendo o mais significativo a família, moldam a sua personalidade e as suas características, direcionando o seu comportamento social, os seus valores e a sua percepção ambiental. Essas relações impactam desde o nascimento da criança, pois

“Aquele bebê cujo ambiente está bastante empobrecido não irá desenvolver a mesma densidade de conexões neurais no cérebro, tal como se dá com o bebê que cresce em um ambiente complexo.” (BEE, 1997, p. 31-32)

A família, como primeiro agente de formação, está diretamente ligada às relações que o indivíduo estabelece para com o outro, visto que sua forma de educar acarreta nos padrões de controle que ela possui sobre as crianças. Savi (2018), ao citar Ballone e Bowlby, nomeia quatro padrões: autorizado, autoritário, permissivo e negligente.

É do nosso conhecimento, que um padrão de negligência, pode resultar na separação dessa família por ordem judicial e na ida dessas crianças para instituições de acolhimento. Nesses casos, a ruptura das relações, causam efeitos nocivos, como apatia ou revolta e outras reações malélicas como depressão anaclítica em casos de bebês, podendo gerar até mesmo um lento desenvolvimento psicomotor. Essa mudança da estrutura física em que a criança é exposta, pode acarretar até mesmo em uma certa dificuldade no **“estabelecimento de relações de apego e apropriação do ambiente construído”** (SAVI, 2018, p.37). De forma geral as instituições de acolhimento costumam estar repletas de indivíduos com uma série de distúrbios psicológicos, visto que todos possuem algum problema ligado ao seus vínculos familiares. Entretanto essas consequências perversas, são expressivamente diminuídas se a instituição de acolhimento trabalha com vínculos afetivos, pois o afeto e a atenção são mecanismos de redução dos prejuízos que o trauma do abandono ou separação pode causar (SILVA, 2010; SAVI, 2018).

Socialmente, a adolescência é naturalizada de maneira universal, sendo sinônimo de conflitos e turbulências. Ao tratar essa fase e as problemáticas que aparecem, apenas de maneira biológica, desconsidera-se o contexto histórico e social em que o adolescente está exposto, responsabilizando apenas esses sujeitos, sendo eles, na realidade, fruto de toda sociedade em que se insere e a pressão imposta pela mesma. Dessa forma é possível

“conceber a adolescência como uma fase de desenvolvimento humano, constituída fundamentalmente na sua relação com o meio social em que vive, internalizando a cultura e se constituindo por meio dela.” (SILVA, 2010, p. 27)

A partir dessa premissa é possível compreender que as crianças institucionalizadas podem carregar diversos distúrbios pelo abandono ou ruptura da convivência familiar. Esse efeito é ainda mais problemático quando se trata de uma institucionalização prolongada, realidade da maior parte dos adolescentes acolhidos, pois interferem na socialização, vínculos afetivos quando adultos e até em seu comportamento espacial. Os adolescentes submetidos a essa realidade, provavelmente terão, **“distúrbios emocionais, de crescimento e desenvolvimento; até mesmo após o retorno à família de origem ou a ida à substituta”** (SAVI, 2018, p. 94).

Além de enfrentar seus próprios dilemas, o adolescente institucionalizado ainda precisa lidar com o preconceito. Diferentemente das crianças acolhidas que são vistas de maneira empática e amorosa, a juventude em acolhimento institucional é percebida como problemática, infratora e carente. Respingos da história da legislação brasileira que durante muito tempo, tratavam de jovens que cometiam atos infracionais e jovens em situação de abandono nas mesmas instituições (Franceschini e Weschenfelder, 2021).

Considerados **“filhos do governo”** os jovens podem crescer e se desenvolver com uma experiência de cuidado e apoio de tal forma a se tornarem participantes ativos da vida cidadã, desde que sejam utilizadas ferramentas para tal. Um importante aliado para a redução dos fatores de risco já citados é o fortalecimento da

rede de apoio desses adolescentes que pode ser formada por pessoas da comunidade e do círculo social e, ainda, técnicos das próprias instituições, essa rede se torna fonte de segurança e redução do trauma, auxiliando na adaptação e no enfrentamento de problemas, ajudando no seu entendimento do mundo e na formação do seu futuro. (SAVI, 2018; SILVA, 2010).

2.3 Desligamento Institucional por Maioridade

A chegada à maioridade é um marco para qualquer ser humano, com ela vem grandes responsabilidades e decisões de vida. Entretanto para os jovens acolhidos, esse momento pode ser ainda mais conturbado, pois ao atingirem a maioridade, os jovens já não estão assegurados pela proteção do ECA e com isso são obrigados a deixarem as instituições de acolhimento. Isso ocorre se esses indivíduos, durante seu tempo de institucionalização, não tiveram seus vínculos familiares restabelecidos ou não foram encaminhados para outra família. Com a deficiência de políticas públicas para esse grupo, os jovens podem se deparar com uma situação de desamparo legal, econômico, social e afetivo, que costuma gerar sentimentos malélicos de um novo abandono, causando inseguranças, angústias e medo (SILVA, 2010; LEAL E CARVALHO, 2017).

Por conta disso, as políticas de orientação para o pós-acolhimento são tão importantes quanto aquelas do período de acolhimento. O trabalho com o incentivo à autonomia do jovem, pode favorecer o seu crescimento psicológico, transformando-o em protagonista da sua própria história. Essa autonomia, tão importante para o momento do desligamento, pode ser estimulada por simples ações como: tomada de decisões e conhecimentos acerca da sua própria história, estímulo ao autocuidado e a organização do seu ambiente (CONANDA/CNAS, 2009). Além da autonomia, é importante que as instituições promovam incentivo a profissionalização, a educação e que desenvolvam um desligamento gradativo, com o objetivo de diminuir os problemas que esses jovens podem enfrentar.

Ainda assim é importante destacar que essa orientação não é importante somente no momento que antecede a saída do jovem. O desligamento institucional deve ser tratado no conceito de desinstitucionalização, com a construção de independência e também com o amparo de serviços que auxiliam nessa transição pós saída. As próprias diretrizes nacionais, como o ECA e a cartilha de Orientações Técnicas, consideram imprescindível a aplicação de programas de acompanhamento desses jovens após o seu desligamento (CONANDA/CNAS, 2009). Ou seja, para que os indivíduos egressos do sistema de acolhimento, tornem-se sujeitos livres e independentes, é necessário que suas unidades de acolhimento promovam sua emancipação, preparação pré e pós-desligamento.

Com tudo, a realidade das instituições é bem diferente dessas teorias, essa discussão da maioridade, geralmente ocorre de forma emergencial, distante do cotidiano institucional e com pouca contribuição para o entendimento da complexidade e dos desafios que esses jovens irão enfrentar. Isso é ainda mais problemático, quando se trata de adolescentes com longos períodos de acolhimento, visto que esse conjunto pode acarretar numa dependência emocional da instituição (SILVA, 2010). E dessa forma, esse momento se torna uma experiência de ruptura abrupta para esses adolescentes, os quais se deparam com uma situação de conflito, pertencendo a dois mundos, o extramuros e o institucional, e a nenhum ao mesmo tempo. (SILVA, 2010; LEAL E CARVALHO, 2017)

2.4 Modalidade de acolhimento: República

Sabe-se que a modalidade de acolhimento em forma de república, está assegurada pelo ECA, voltada para jovens de 18 a 21 anos em estado de vulnerabilidade social, sem apoio familiar ou possibilidade de autossustentação. Dessa forma, ela deve oferecer apoio e moradia subsidiada para adolescentes no processo de desligamento.

Segundo o CONANDA/CNAS (2009), ela tem como objetivo trabalhar o desenvolvimento da autonomia pessoal e ainda a autogestão, autossustentação e independência e por isso é uma excelente aliada no processo de desligamento gradativo.

Entretanto esse tipo de modalidade é escassa no país, em Florianópolis, por exemplo, não existe nenhum serviço de república para esses jovens, restando-lhes apenas os abrigos para pessoas em situação de rua que estão longe de oferecer suporte adequado para os jovens egressos.

Por conta disso, surgiu no Senado um Projeto Lei (PL 1118/2022) que responsabiliza o Poder Público pela criação de um serviço de apoio para esses adolescentes, incluindo em sua ementa a república como principal ação. Esse projeto de lei, baseia-se no documento de Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) do CONANDA/CNAS, que traz premissas de recursos humanos e aspectos físicos que essa modalidade necessita. O documento sugere que as repúblicas tenham um número máximo de seis pessoas e

que sejam organizadas em unidades femininas e masculinas, tratando com atenção, questões relacionadas à perspectiva de gênero, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos e à prevenção à maternidade.

Quanto a entrada e escolha desses jovens para compor o grupo de moradores das repúblicas, devem ser feitas de forma gradativa e conjunta com aqueles que já residem na instituição, para a construção prévia de vínculos e afinidades, favorecendo o convívio. Sugere-se também que o jovem já esteja em um emprego remunerado, quando transferido para a república, visto que o atendimento deve estar fundamentado em uma metodologia participativa que favoreça o seu protagonismo, fortalecendo suas habilidade, capacidades e competências, rumo a sua independência.

Dessa forma, o projeto de lei e consequentemente, a cartilha de Orientações Técnicas, estão em comum acordo com o conceito de desinstitucionalização, e não somente tratando o desligamento como uma ação momentânea, eles trazem a necessidade do apoio no pós-desligamento, exigindo que os jovens tenham acesso a:

- Programas, projetos e serviços nos quais possam desenvolver atividades culturais, artísticas e esportivas que propiciem a vivência de experiências positivas e favorecedoras de sua autoestima; (Art. 8, §2º, BRASIL, 2022)
- Programas de aceleração da aprendizagem, para os casos de grande distorção entre idade e nível escolar; e (Art. 8, §2º, BRASIL, 2022)
- Cursos profissionalizantes e programas de inserção gradativa no mercado de trabalho, especialmente com estágios e programas de adolescente aprendiz, respeitados seus interesses e habilidades. (Art. 8, §2º, BRASIL, 2022)

Para tanto, cada república deverá contar com a supervisão de uma equipe técnica-profissional para a gestão coletiva no espaço, direcionando regras de convívio, atividade domésticas e gerenciamento de gastos, além de auxiliar na construção de projetos de vida, no incentivo de vínculos comunitários fortes e participação social nos espaços. A equipe pode ou não ser oriunda de órgão público, mas deverá respeitar o número mínimo de profissionais, assim como carga horária mínima. Ela é composta por um coordenador com experiência prévia e também por psicólogos e assistentes sociais, são recomendados 2 profissionais para cada 24 jovens, podendo trabalhar em até quatro unidades diferentes (CONANDA/CNAS).

Quanto aos aspectos físicos, o documento de Orientações Técnicas, trata da localidade dessas instituições, que deverão estar localizadas em áreas residenciais e do ponto de vista sócio-econômico, não devem distanciar-se excessivamente da realidade de origem dos seus moradores. E arquitetonicamente, precisam estar conforme o padrão do entorno, evitando a instalação de placas indicativas da natureza institucional do equipamento, além de respeitar as normas de acessibilidade, garantindo o acesso a todos.

Segundo o CONANDA/CNAS (2009), o ambiente interno das repúblicas devem ser compostos por:

- Quartos com capacidade máxima de quatro pessoas;
- Sala de estar/jantar que comporte o número total de moradores;
- Banheiro para cada seis moradores;
- Cozinha equipada e adequada para o número total de moradores; e
- Área de Serviço adequada para o número total.

Como o papel do Poder Público é ainda muito falho na vida dos jovens egressos das instituições de acolhimento, atualmente essa responsabilidade está nas mãos de organizações não governamentais que oferecem repúblicas para jovens egressos do sistema de acolhimento. Entretanto, entende-se que somente a moradia, não supre as necessidades dos egressos. É necessário que haja um trabalho extenso e integrado entre o jovem e sua rede de apoio. Garantindo um desligamento gradual bem-sucedido e transformando o jovem que era uma vítima, o protagonista da sua própria história.

2.5 A Realidade do Jovem Egresso

Para entender um pouco mais sobre as necessidades reais desses jovens egressos e de profissionais ligados às instituições de acolhimento, foi realizado uma análise de alguns trabalhos produzidos na área. Nem todos possuem relações diretas com a arquitetura, mas as entrevistas realizadas, podem orientar algumas diretrizes. O primeiro trabalho é uma tese de doutorado, intitulada “Contribuições da Arquitetura Sobre o Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Abrigos Institucionais” da Universidade Federal de Santa Catarina, por Aline Eyang Savi, realizada a partir de uma série de visitas. As entrevistas com as crianças e os adolescentes, demonstram a dificuldade de proporcionar a privacidade nesses ambientes. Em um extremo estão os profissionais que precisam cuidar e observar todos os residentes e com isso restringem o uso da instituição durante o dia, limitando os internos a um único cômodo, a sala de estar. E no outro extremo, estão os residentes que anseiam por alguns momentos sozinhos.

“Aqui a gente quase não fica sozinho. Quando a gente quer ficar, eles logo dizem para a gente ir ficar com os outros [internos]. Adolescente 06” (SAVI, 2018, p.289)

Outro ponto que chama atenção nas entrevistas são os desejos expressos em desenhos e ao observar uma imagem. Nessas dinâmicas, mostrou-se a importância de ter espaços individuais bem definidos, para que sintam-se pertencentes. Ao ter um local, denominado seu, o indivíduo tende a ter mais responsabilidade com o espaço em que está inserido. Os entrevistados ainda demonstram o apego às cores como forma de identidade e sinônimo de felicidade, além de dar relevância ao ambiente externo natural com jardins.

“Minha casa é grande. Igual essa daqui. Ela tem flor e jardim. Aqui não tem flor. Eu gosto de flor porque deixa a casa bonita. A casa é colorida. Porque casa colorida é casa feliz, que tem gente morando. Eu não desenhei porta. Para a gente ficar aqui dentro, protegido. Adolescente 06” (SAVI, 2018, p.294)

Ao expressar-se com uma casa sem portas, o adolescente demonstra o medo do mundo fora da instituição. Pela falta de preparo e o convívio com muitas pessoas, enfrentar o mundo sozinho pode ser algo assustador. Esse relato, também está presente nas entrevistas do livro “Sujeitos de Direitos ou Sujeitos de Tutela? Memórias de Jovens Egressos sobre o Acolhimento Institucional em João Pessoa (2010-2015)” de Noêmia Soares Barbosa Leal e Maria Elizete Guimarães Carvalho, que reúne alguns jovens que passaram pelas instituições de acolhimento e foram desligados ao atingir a maioridade.

“Já tava apegada as pessoas, com medo de se envolver de novo com droga, medo de não ver de novo, medo de cair de novo, decepcionar, começar a usar droga, vender até a casa pra começar a usar droga. Medo de perder o meu filho. Sempre só vinha medo, medo, medo, medo. E tendo de ter que resolver tudo, eu nunca cozinhei, nunca cuidei de uma casa, eu vou ter uma casa pra mim e era o que eu mais queria e agora eu to com medo de enfrentar. Colaboradora 1, 2016” (LEAL E CARVALHO, 2017, p.108)

Alguns direcionamentos relevantes são indiretamente levantados quando os entrevistados citam filhos e irmãos. Seguindo as orientações técnicas e considerando que em sua maioria, esse pequeno núcleo familiar é o único vínculo afetivo do jovem, é importante o planejamento de espaços para o seu acolhimento. Quanto à manutenção financeira desses jovens, acrescenta-se relatos da relevância não só de cursos profissionalizantes, mas também da educação não formal, focada na autonomia e consciência crítica desse grupo.

“[...] Então poderia ter encaminhamento para curso e emprego [...] A lidar com as contas, as contas, ainda passei um bom tempo sozinha, só eu e o meu menino, a solidão, quando chegar uma conta “será que eu posso pagar tal dia? Deixar pra lá?”, saber ser adulto [...] Colaboradora 1, 2016.” (LEAL E CARVALHO, 2017, p.108)

Com a análise desses levantamentos, compreende-se que ao garantir um desligamento gradual para esses jovens, é preciso garantir espaços físicos que incentivem a atuação participativa e autônoma, além de motivar o enfrentamento diante aos problemas do cotidiano, garantindo-lhes o protagonismo de suas vidas.

3.1 Justificativa Projetal

Reconhecendo os estudos realizados até esse momento e a demanda existente em Florianópolis, propõem-se um equipamento de apoio com o foco em jovens egressos do sistema de acolhimento. Aplicando os conceitos da psicologia ambiental, o projeto proposto sustenta-se em três eixos de trabalho: a habitação, o apoio psicossocial e profissionalizante. O eixo de habitação, tem o objetivo de oferecer moradia de qualidade para esse público, resgatando elementos perdidos nas instituições de acolhimento como a valorização da privacidade e a formação de identidade e apropriação do espaço, trabalhando no incentivo da autonomia, autossuficiência e independência desse público. O apoio psicossocial, com objetivo de orientá-los para a vida adulta, auxiliar no plano de vida, além trabalhar no tratamento de diversos transtornos psíquicos, oriundos de traumas na infância e adolescência. Por fim, o eixo de apoio profissionalizante que tem como objetivo auxiliar na formação da educação de jovens e adultos, no ensino de capacitação profissional e na educação não formal como gestão financeira, gestão de vida e conhecimento de direitos e deveres para que se tornem adultos protagonistas e ativos na sociedade.

Nos eixos de apoio, estende-se o equipamento para a comunidade e para adolescentes ainda institucionalizados, pois acredita-se que são medidas que não favorecem somente o público alvo, mas toda a população que busca por oportunidades. Outro motivo de abrir os serviços fornecidos para os não-residentes é a tentativa de inclusão desses jovens na comunidade, visto que o preconceito para com eles ainda é presente nos dias atuais. Essa relação também propicia a criação de uma rede apoio mais ampla, gerando o apego ao lugar já tratado anteriormente. Ainda pensando na comunidade e na interação com o entorno, pretende-se também trabalhar com as áreas abertas do equipamento para valorizar a conexão do mesmo com a região e propor melhorias que favoreçam a vizinhança, as quais serão direcionadas através das análises morfológicas de recorte na porção do terreno escolhido.

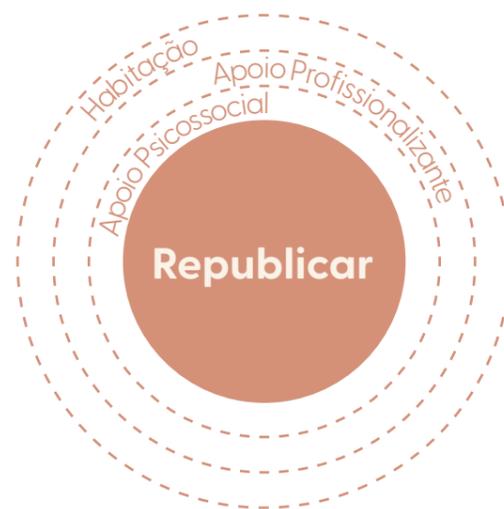


Imagem 12: Representação Gráfica dos setores que envolvem o projeto Republicar. Autoria Própria

3.2 Agentes de Intervenção e Viabilidade

Para a viabilidade do projeto, propõe-se a união do poder municipal, através do centro de referência especializada de assistência social e organizações não governamentais, que ficariam encarregadas pela coordenação dos serviços do equipamento, apoiando no projeto de lei 1118/22, já mencionado ao longo do trabalho. Pelo teor social e amplo da proposta, sugere-se também parcerias público privado, através de doações e fornecimento de conhecimento para obter isenções fiscais, por exemplo, incentivando a educação e o desenvolvimento cultural do bairro.

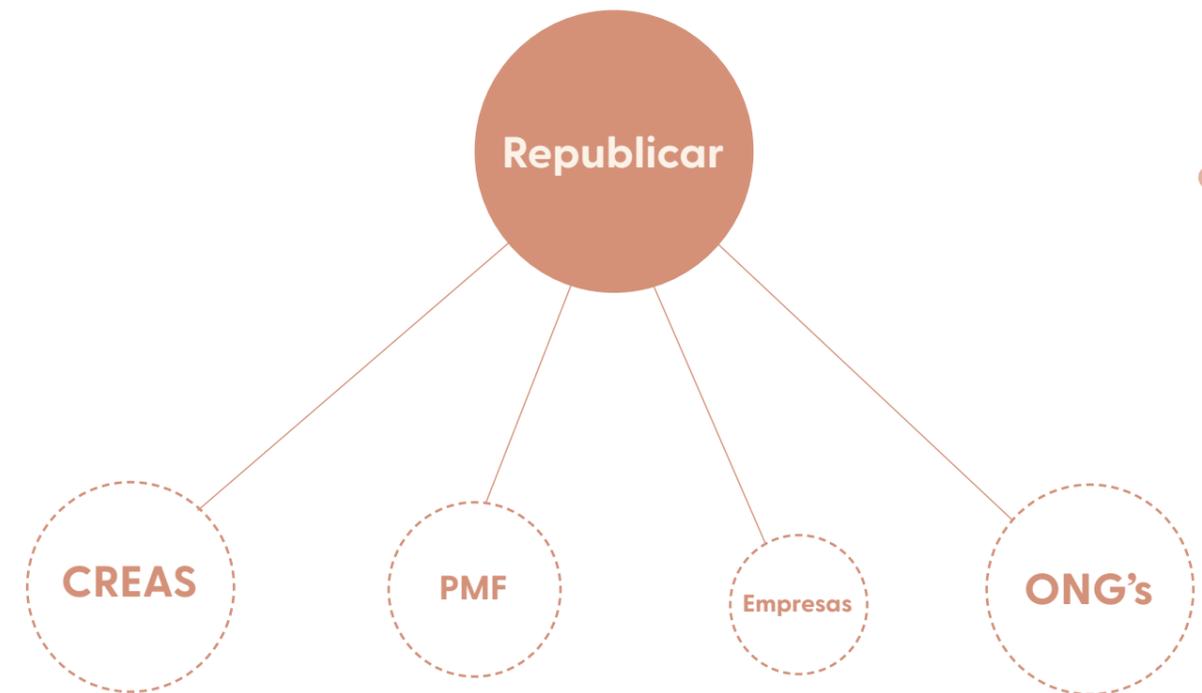


Imagem 13: Representação Gráfica dos agentes envolvidos no projeto Republicar. Autoria Própria

3.3 Caracterização do público alvo

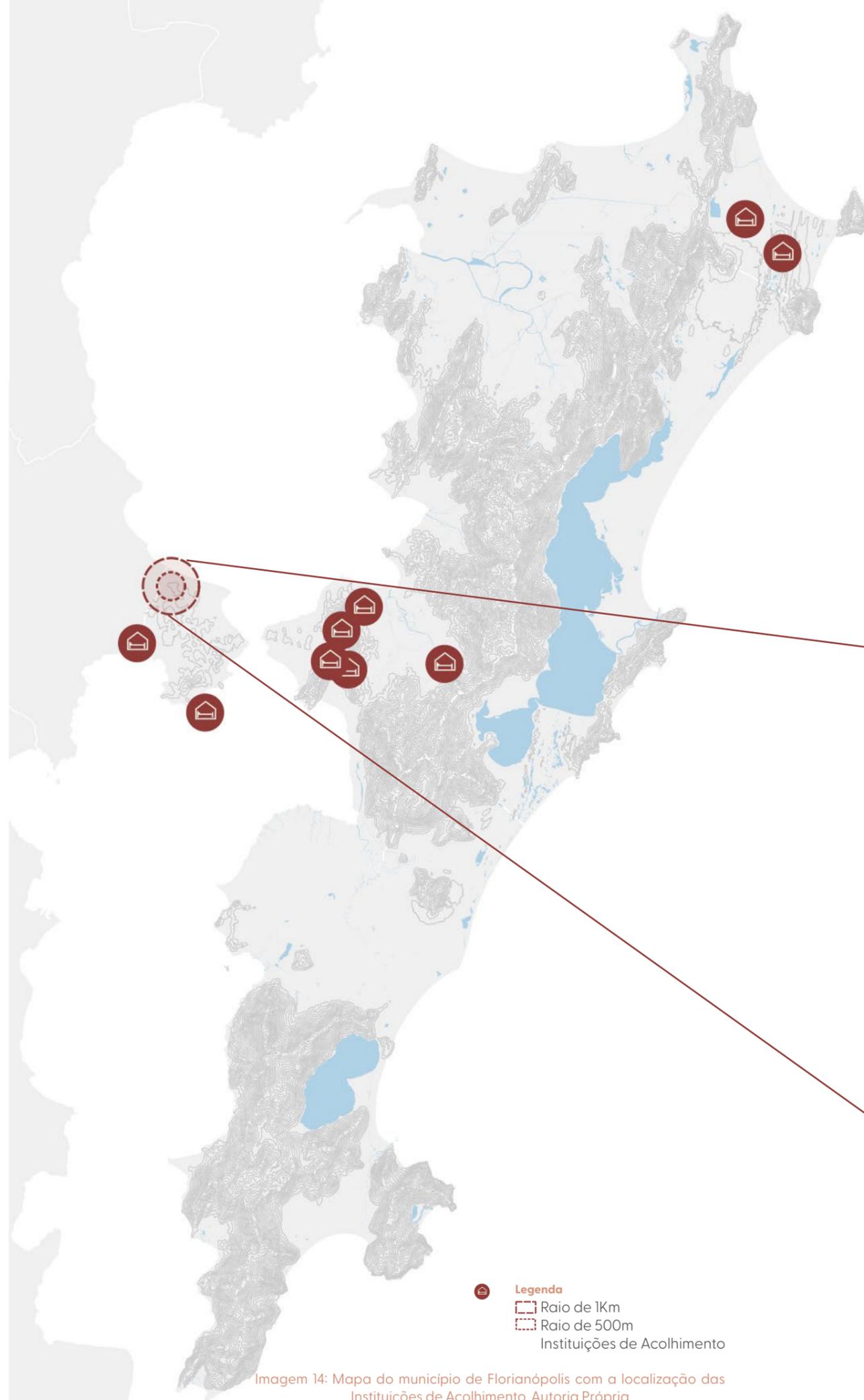
O eixo de habitação terá como público alvo, meninas e meninos, recém egressos do sistema de acolhimento de Florianópolis, com 18 anos completos, os quais encontram-se em situação de vulnerabilidade social, ou seja, sem condições de autossustento e sem apoio familiar. Esses jovens, geralmente estão atrasados na escola e já possuem algum emprego no programa de Jovem Aprendiz, dessa forma sabendo de suas condições financeiras e psicológicas, o jovem que busca apoio, poderá residir na república por três anos, até que se sinta preparado para trilhar seu caminho de forma mais branda, garantindo-lhe o desligamento gradual. Estima-se um espaço para cerca de 48 indivíduos nessa situação. Quanto aos eixos de apoio, além dos residentes, terá como público crianças, adolescentes, jovens e adultos, ressaltando o espaço democrático e a interação dos públicos. Dessa forma, estima-se uma população flutuante de 400 pessoas, desde funcionários, até atendidos pelos programas de apoio psicossocial e profissionalizante.

4.1 Raio de Caminhabilidade

A partir de um levantamento do local das Instituições de Acolhimento no município de Florianópolis, percebeu-se que grande parte delas localizam-se na região insular. Dessa forma, foi escolhido um espaço com características semelhantes ao entorno das instituições e com uma infraestrutura adequada para suprir as necessidades dos jovens e a demanda que um equipamento como esse pode acarretar. A região escolhida, encontra-se no bairro Jardim Atlântico, próxima a uma série de equipamentos de apoio que contribuem para a inserção do Projeto Republicar. Para entender a infraestrutura que a região possui foram traçados dois raios de caminhabilidade, de 500m e 1km. Dessa forma é possível compreender as potencialidades da região para favorecer o deslocamento ativo, a apropriação dos espaços e da rua, fomentando a socialização e permanência. Para tal levantamento, foram consideradas cinco tipologias de equipamentos: educação, assistência social, saúde, centros esportivos e praças, apontadas no mapa abaixo.

No entorno imediato, temos equipamentos de saúde, com a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), juntamente com o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e o Centro de Saúde do Jardim Atlântico, além de equipamentos de educação, como a Escola Básica Rosa Torres de Miranda, a Creche Celso Pamplona e a primeira escola do Olodum fora de Salvador, a qual serveria como complemento de atividade, visto sua ampla cartela de oficinas fornecidas para a população, como teatro, dança, música, lueta, direitos humanos e literatura, além de fornecer o Ensino para Jovens e Adultos (EJA). Ainda no raio de 500m, encontra-se a unidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a Associação de Moradores e a Praça dos Skatistas. No raio de caminhabilidade de 1 Km, observa-se vários equipamentos relevantes como outras praças, centros educacionais públicos e privados e centros esportivos juntamente às praças e academias com várias modalidades.

Um entorno com equipamentos relevantes como esse incentiva a vivência desses jovens no bairro e potencializa o sentimento de pertencimento e a autonomia, já que a distância curta e a facilidade de deslocamento impulsiona o uso.



Legenda
 Raio de 1Km
 Raio de 500m
 Instituições de Acolhimento

Imagem 14: Mapa do município de Florianópolis com a localização das Instituições de Acolhimento. Autoria Própria

Legenda Caminhabilidade

- Raio de 1Km
- Raio de 500m
- Terreno Escolhido
- Educacional
- Saúde
- Assistência Social
- Esportivo
- Praças



Imagem 15: Mapa com os raios de caminhabilidade. Autoria Própria

Legenda Zoneamento

-  Raio de 500m
-  Terreno Escolhido
-  ACI
-  AMC
-  ARM
-  ARP
-  AVL
-  ZEI
-  AEIS



Imagem 16: Mapa de Zoneamento. Adaptado da Prefeitura de Florianópolis

4.3 Cheios e Vazios

No recorte, os cheios predominantes são caracterizados como unidades residenciais térreas ou de dois pavimentos, prevalecendo a horizontalidade. Entretanto, nas porções de área mista, tanto residencial quanto central, nota-se a tendência da verticalização com os edifícios construídos recentemente. Nas construções mais antigas, percebe-se um descumprimento das diretrizes legais, como afastamento e taxa de ocupação, gerando um super adensamento em regiões isoladas.

Todavia, no entorno do terreno, constata-se uma expressiva quantidade de vazios urbanos, representados em parte pelas vias e praças, mas em sua maioria pelos lotes privados e ociosos, os quais fomentam a especulação imobiliária e vão em desencontro com o papel social proposto no Estatuto da Cidade. É certo que a região possui grande potencial de crescimento e isso é comprovado nas diversas obras que acontecem simultaneamente nos dias atuais.

4.2 Zoneamento

Conforme as diretrizes impostas no documento de orientações técnicas do CONANDA, equipamentos como o Centro de Apoio devem ser inseridos em bairros predominantemente residenciais ou mistos e com equipamentos que supram as necessidades desses jovens. Utilizando o mesmo raio de 500m, realizou-se o recorte do zoneamento do bairro Jardim Atlântico, para analisar se a região escolhida atende essas diretrizes. Constatou-se que o terreno encontra-se em um conjunto de Áreas Comunitárias Institucionais, juntamente aos equipamentos de saúde e assistência social. Seu entorno imediato é categorizado como Área Residencial Predominante, com potencial construtivo de 4 pavimentos, todavia é margeado por Área Residencial Mista e Área Mista Central, com potencial verticalização, alcançando 12 pavimentos. A região está inserida em uma Área Especial de Interesse Social, que chamou atenção no momento da escolha do terreno, visto que facilita a inserção de um equipamento com esse cunho.

**Legenda Cheios e Vazios**

-  Raio de 500m
-  Terreno Escolhido
-  Edificações

Imagem 17: Mapa de Cheios e Vazios. Autoria Própria

Legenda Uso e Ocupação

-  Raio de 500m
-  Terreno Escolhido
-  Institucional
-  Comercial/Serviço
-  Misto
-  Residencial
-  Lazer
-  Terreno sem uso



Imagem 18: Mapa de Uso e Ocupação. Autoria Própria

4.5 Sistema Viário

A infraestrutura viária da região é composta por dois eixos arteriais: A Avenida Marinheiro Max Schramm e a Avenida Juscelino Kubitscheck de Oliveira que são importantes vias de conexão intermunicipal, Florianópolis-São José. Ao sudeste e noroeste do terreno, são classificadas vias coletoras que cumprem o papel de distribuir o tráfego das arteriais para as sub-coletoras e locais. O terreno em questão, está entre duas vias com classificações distintas: a Avenida Juscelino Kubitscheck de Oliveira, já mencionada como arterial, e a sub-coletora Rua Manoel Pizzolati. A Avenida, apresenta características adequadas, com asfaltamento, caixa de rua e passeio regular em toda a sua extensão, ainda que o pouco uso apresentado ao longo dessa via, torne-a pouco convidativa. E a Rua, possui caixa adequada, mas os passeios não são padronizados, apresentando trechos inexistentes. Outra característica negativa dessa via é a falta de conexão, apesar do prolongamento desenhado com a Rua Orlando Odílio Koerich, também sub-coletora, a via é interrompida por uma extensa gleba ociosa. A maior parte das vias locais que circundam o terreno são lajotadas e possuem passeios descuidados. Ressalta-se ainda a inexistência de ciclovias ou ciclofaixas nas vias principais, mesmo com sua ampla caixa de rua.

A área conta com poucas linhas de transporte público nas principais vias de acesso ao terreno, todavia possuem boa disponibilidade de horários. Nas avenidas estruturantes do bairro, a oferta de linhas e horários cresce substancialmente, distante 400m do terreno, são uma alternativa possível para os residentes e funcionários da Instituição proposta. Existe mais de um ponto de ônibus nos arredores do terreno, facilitando o deslocamento interbairro e, conseqüentemente, a autonomia dos residentes.

4.4 Uso e Ocupação

Análise de uso e ocupação da região em torno ao terreno foi feita a partir de seis categorizações: residencial, mista, comercial/serviços, lazer, institucional e terrenos ociosos. Com esses dados, pode-se entender um espelhamento do zoneamento imposto pelo Plano Diretor de Florianópolis, o qual reafirma o uso residencial da vizinhança imediata do terreno, reservando a massa de comércio e o serviço nas vias estruturantes dispostas nas extremidades do bairro. Essa massa é representada majoritariamente por empresas de grande porte na Avenida Marinheiro Max Schramm e de menor porte ao longo da Avenida Atlântica. Há também alguns pontos de edifícios mistos espelhados na região, os quais relacionam-se mais entre serviço e habitação.

O expressivo número de equipamentos institucionais como de saúde, educação e religiosos modelam o caráter de boa infraestrutura do bairro. Em contrapartida, poucos equipamentos de lazer estão dispostos no entorno imediato ao terreno. A partir do mapa, possibilita-se localizar e quantificar os terrenos e grandes glebas sem uso que descumprem o seu papel social como mencionado anteriormente, incluído o terreno escolhido em questão, que apesar de ser zoneado com Área Comunitária Institucional permanece com o terreno ocioso. Tendo essa morfologia residencial cercado e protegendo a gleba das grandes movimentações, considera-se a região adequada para inserção do equipamento proposto.

**Legenda Sistema Viário**

-  Raio de 500m
-  Terreno Escolhido
-  Rota de Ônibus
-  Ponto de Ônibus
-  Arteriais
-  Coletoras
-  Sub-coletoras
-  Locais

Imagem 19: Mapa de Sistema Viário. Autoria Própria

4.6° Terreno

A porção escolhida para implantação do projeto é uma junção de oito terrenos públicos, totalizando área de aproximadamente 19.300,00m², os quais encontram-se inteira ou parcialmente ociosos, incluindo a região do TIJAR, terminal desativado que contém o projeto Escola Olodum Sul, o qual compreende atividades de caráter artístico, que desenvolvem a consciência social e o projeto para Escola de Jovens Adultos (EJA). Por conta dessa estratégia, um polígono irregular é gerado. O terreno não possui nenhuma restrição ambiental, segundo o geoprocessamento disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Algumas porções de vegetação rasteira e arbórea estão espalhadas pontualmente pelo terreno, todavia não possuem classificação. A gleba possui boa insolação durante todo o dia, visto que possui poucas edificações verticalizadas ao seu redor, predominando edifícios de dois pavimentos. Os ventos predominantes na região são norte e nordeste que atingem a parte frontal do terreno. A declividade é considerável, sendo a porção mais alta 28m e a mais baixa 8m, atingindo 20% de inclinação na parte mais acentuada do quadrante. Em relação às condicionantes legais, impostas no Plano Diretor, com a classificação de ACI, elas ficam a cargo do IPUF, porém visando o respeito às orientações técnicas que visam a harmonia com o entorno, optou-se por considerar as limitações construtivas do zoneamento que margeia o terreno. Dessa forma, considera-se como potencial construtivo as condicionantes da ARP 4.5, ou seja é permitido no máximo quatro pavimentos, com 50% de taxa de ocupação e índice de aproveitamento igual a 2.

Potencial Construtivo

Área do Terreno	19.300m ²
Índice de Aproveitamento (2)	38.600m ²
Taxa de Ocupação (50%)	9.650m ²
Número de Pavimentos	4
Total Construído (TOx4)	38.600m ²



Imagem 20: Vista da esquina da Rua Melvin Jones com a Rua Manoel Pizolati. Acervo próprio



Imagem 21: Vista do final da Rua Melvin Jones. Acervo próprio



- Legenda**
- Terreno Escolhido
 - Educacional
 - Saúde
 - Assistência Social
 - Praças



QR Code para mais imagens do terreno

O Projeto



5.1 Diretrizes

Como resultado de todos os estudos, levantamento e análises feitas, categoriza-se algumas diretrizes que nortearão o projeto arquitetônico, divididas em Entorno, Implantação, Eixo de Habitação e Eixos de Apoio.

Diretrizes de Entorno

- Promover conexão entre os equipamentos do entorno e o projeto;
- Fortalecer o vínculo com a comunidade, através da oferta de serviços para residentes e não-residentes;
- Requalificar as vias de acesso ao terreno;
- Fortalecer os serviços fornecidos pela Escola Olodum Sul, complementando com equipamentos de apoio que carecem.

Diretrizes de Implantação

- Setorizar o projeto para garantir a funcionalidade plena e independente dos diferentes usos;
- Criar praças para incentivo dos vínculos e a conexão dos equipamentos existentes;
- Implantar o eixo de habitação em forma de vila, localizada em área protegida dos usos do Instituto, garantindo privacidade;
- Oferecer acesso independente, direto para a via e uma ligação interna com o Instituto, já que alguns usos serão complementados com ele;
- Implantar o Instituto frente a rua mais movimentada e utilizá-lo como eixo de conexão entre os equipamentos já existentes.

Diretrizes do Eixo de Habitação

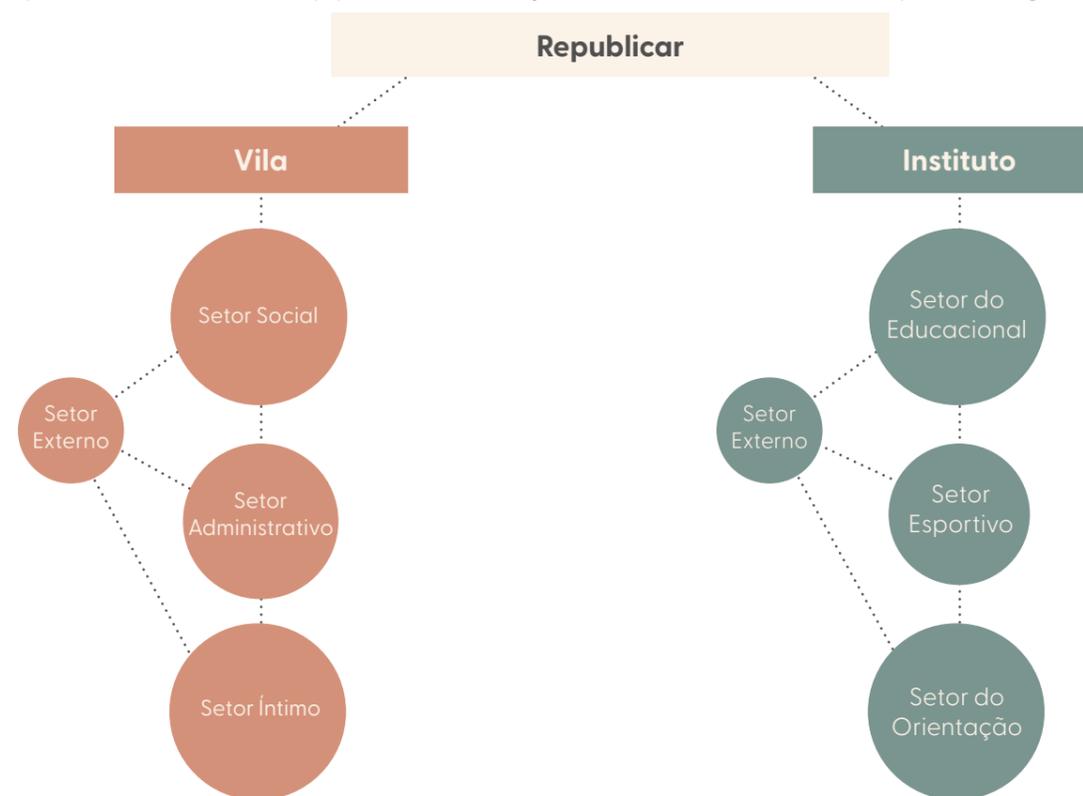
- Criar unidades habitacionais independentes que atendam os mais diversos perfis de usuários, sejam eles grupos individuais, duplos ou pequenos núcleos familiares;
- Criar ambientes que promovam a autonomia e a independência dos jovens, através da responsabilidade total deles por cada unidade;
- Respeitar as especificidades dos residentes, garantindo-lhes ambientes que proporcionam a privacidade, individualidade e espaço pessoal;
- Fornecer espaços que incentivem a personalização, apropriação e identidade de lugar, através da flexibilidade dos espaços, ofertando o total controle do espaço e promovendo o apego ao lugar;
- Separar os serviços administrativos das unidades habitacionais para manter o caráter residencial delas;
- Garantir a acessibilidade interna e externamente;
- Incentivar o vínculo de vizinhança e o convívio comunitário, criando espaços abertos de lazer e convivência dentro e fora do setor de habitação e área coberta para encontros, sem interferir na privacidade de cada morador;
- Respeitar as tipologias e o gabarito dos edifícios do entorno;
- Garantir o contato com o ambiente natural;
- Trabalhar com as cores e a materialidade como forma de identidade pessoal e coletiva.

Diretrizes dos Eixos de Apoio

- Garantir a acessibilidade em todos os ambientes;
- Oferecer espaços voltados para o atendimento psicossocial dos residentes e não-residentes;
- Promover ambientes flexíveis para a realização de oficinas e palestras;
- Garantir a privacidade dos residentes;
- Oferecer equipamentos de apoio para a Escola Olodum Sul e a Escola Básica Rosa Torres de Miranda com o setor esportivo, o setor tecnológico e pedagógico.

5.2 Programa de Necessidades

Considerando as diretrizes e atendendo as orientações técnicas do CONANDA, optou-se por dividir o Projeto Republicar em duas funções: a habitação para jovens egressos do sistema de acolhimento, com a Vila de repúblicas e o serviço de apoio psicossocial e profissionalizante para os residentes da Vila e a comunidade, com o Instituto. Para facilitar a organização dos dois equipamentos, os programas foram setorizados em seis classificações que se alteram conforme o equipamento. A nomeação e relevância dos setores está disposta no diagrama a seguir:



Setor Social: Área de Convivência para encontro entre os moradores da vila com espaço para churrasco e estar, lavanderia compartilhada para demandas maiores se necessário e sanitários;

Setor Administrativo: Sala de coordenação e administração, sala de reuniões, arquivo, sala para funcionários, quarto de funcionários, caso haja a necessidade de passar a noite na vila, sanitários e copa;

Setor Íntimo: Unidade habitacional completa com sala, cozinha, área de serviço compacta, dois banheiros, dois quartos duplos e dois individuais. Com capacidade máxima de 6 pessoas;

Setor Externo: Praça e jardim com espaços de estar;

Setor de Orientação: Recepção, sala de coordenação e administração, arquivo, sala de orientação social, sala de orientação psicológica, sala de planejamento do futuro e sala de reuniões, além de copa e sala para funcionários;

Setor Educacional: Área de Convivência que integra os moradores com a comunidade que utiliza o espaço, pátio interno para convívio e exposições, auditório, sala de Informática, sala de aula, sala de reforço em apoio com o EJA, sala de oficina flexível, biblioteca, refeitório e sanitários;

Setor Esportivo: Quadra Poliesportiva, piscina, academia, quadra de areia e vestiários/sanitários;

Setor Externo: Praça e jardim com espaços de estar e estacionamento;



Sugestão de traçado para ligação da UPA com o equipamento, valorizando essa conexão da Rua Gualberto Senna e a Rua Melvin Jones

Estacionamento de apoio para o equipamento com 22 vagas

Escala: 1/1000

— Fluxo moderado externo
- - - Fluxo baixo externo

5.3 Requalificação das vias

Para facilitar a conexão entre os equipamentos existentes do entorno imediato, sugere-se a requalificação de quatro vias que circundam o projeto: a Rua Manoel Pizolati, Rua Gualberto Senna, Rua Aleixo Alves de Souza e Rua Melvin Jones. As alterações foram feitas de acordo com o planejamento urbano do município e e conforme a demanda necessária para potencializar o caráter do projeto. Dessa forma as alterações de cada uma delas foram:

- **Rua Aleixo Alves de Souza:** Baixo fluxo, mudou a classificação para rua compartilhada, manteve-se a rua sem saída, inserindo a praça de retorno exigida pelo órgão de planejamento urbano da cidade.
Caixa da Rua: 10m (7 de pista + 2 de ciclofaixa + 1 de canteiro)
- **Rua Melvin Jones:** Baixo fluxo, alterou o caráter para rua compartilhada, sendo a via de principal acesso ao Instituto, decidiu-se pelo prolongamento da via, conectando-a à Rua Gualberto Senna.
Caixa da Rua: 10m (7 de pista + 2 de ciclofaixa + 1 de canteiro)
- **Rua Gualberto Senna:** Fluxo moderado, manteve o alargamento da via conforme o plano diretor.
Caixa da Rua: 16m (6 de pista + 2m de acostamento de um lado + 2 de ciclofaixa do lado oposto + 3m de passeio de cada lado com 0,50m de canteiro)
- **Rua Manoel Pizolati:** Fluxo moderado, foi seguido o alargamento da via conforme o plano diretor e sendo classificada como uma sub-coletores, é proposto o prolongamento da via, conectando-a à Rua Orlando Odilio Koerich.
Caixa da Rua: 16m (6 de pista + 2m de acostamento de um lado + 2 de ciclofaixa do lado oposto + 3m de passeio de cada lado com 0,50m de canteiro)

5.4 Setorização e Fluxograma

Quanto à setorização do equipamento, dividiu-se o terreno em duas grandes áreas: a Vila de Repúblicas, na porção noroeste do terreno, no intuito de auxiliar na privacidade e o Instituto, na porção sudeste, para atuar como conector das escolas existentes.

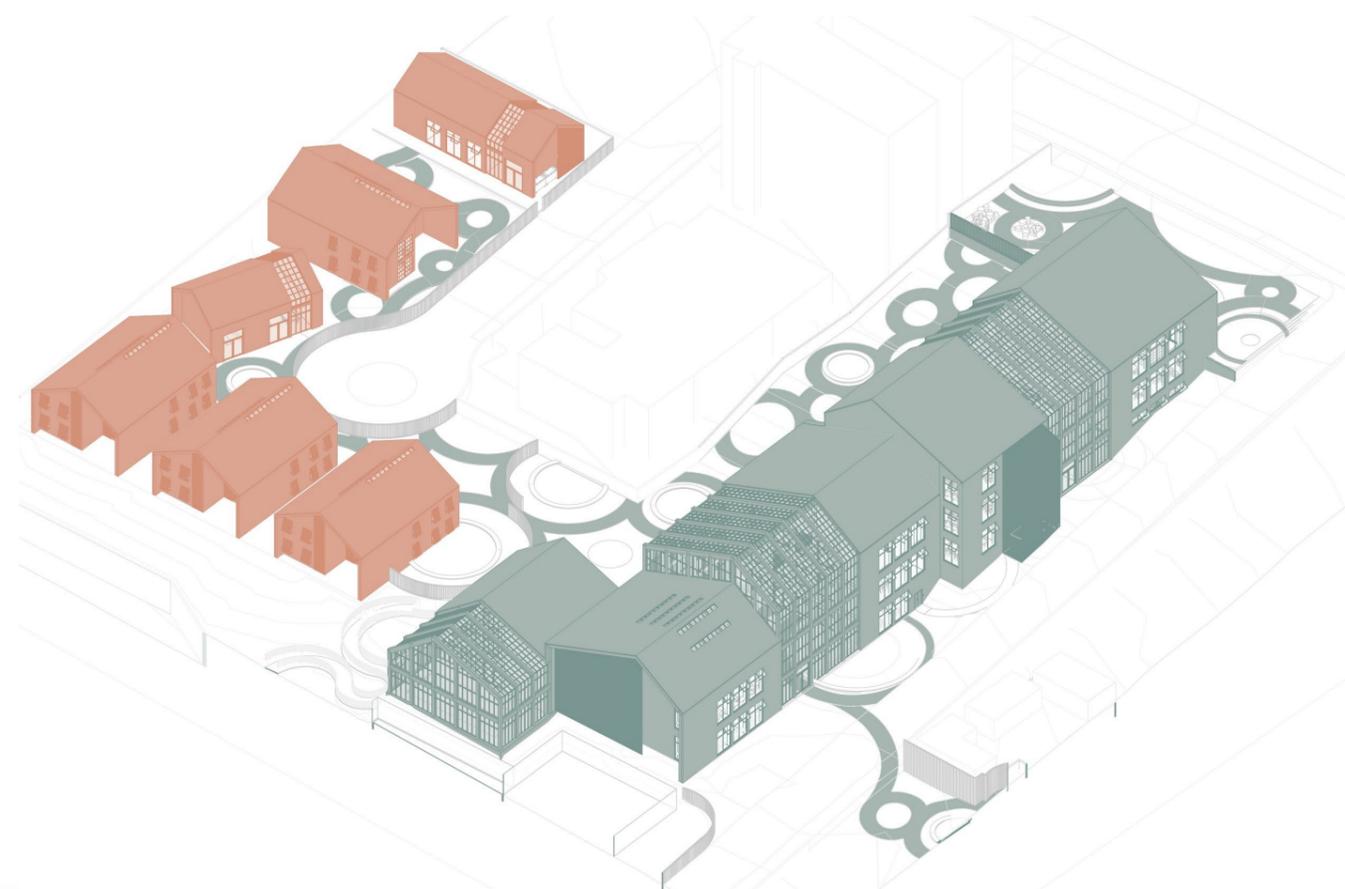




Imagem 24: Perspectiva aérea do Instituto vista da esquina formada pela Rua Melvin Jones e a Rua Manoel Pizolati

5.5^o Instituto

O Instituto do projeto Republicar é voltado para os moradores da vila e para a comunidade, dividido em dois setores: educacional e de orientação. O equipamento conta com salas de aula para o curso de administração e língua estrangeira, salas de reforço para os alunos desses cursos e para aqueles integrantes do Ensino para Jovens e Adultos que ocorre na Escola do Olodum Sul. Além disso, o equipamento possui uma biblioteca aberta para comunidade, com acesso a computadores e aulas de informática em salas especializadas. Ainda contém espaços para atendimentos profissionais na área de psicologia, assistência social e pedagógica, formando uma rede de apoio completa para os jovens egressos das instituições de acolhimento de Florianópolis, assim como para a comunidade.

A forma arquitetônica do edifício traz essa figura de casa carregada desde a infância, com o telhado de duas águas, todavia se difere da residência, quando essas águas recebem inclinações diferentes. A altura do edifício respeita os prédios ao redor, diminuindo conforme o gabarito existente do entorno. Quanto à sua materialidade, optou-se por trabalhar com uma estrutura de madeira laminada colada e fechamentos em wood frame. Na região em que a edificação se encontra enterrada, utilizou-se uma cortina de concreto para a contenção da terra, e se manteve a estrutura em madeira. As paredes externas recebem o revestimento de telha metálica como um prolongamento do telhado.

Para trazer o externo para dentro do equipamento, optou-se por tratar os pátios internos com painéis de vidro com câmara de ar e controle solar, assim como a cobertura que recebeu um vidro fosco, para diminuir a incidência dos raios solares.

Imagem 25: Perspectiva das quadras esportivas.

Imagem 26: Perspectiva do bloco esportivo e de orientação.

Imagem 27: Perspectiva da entrada principal do edifício, cota 17,50.

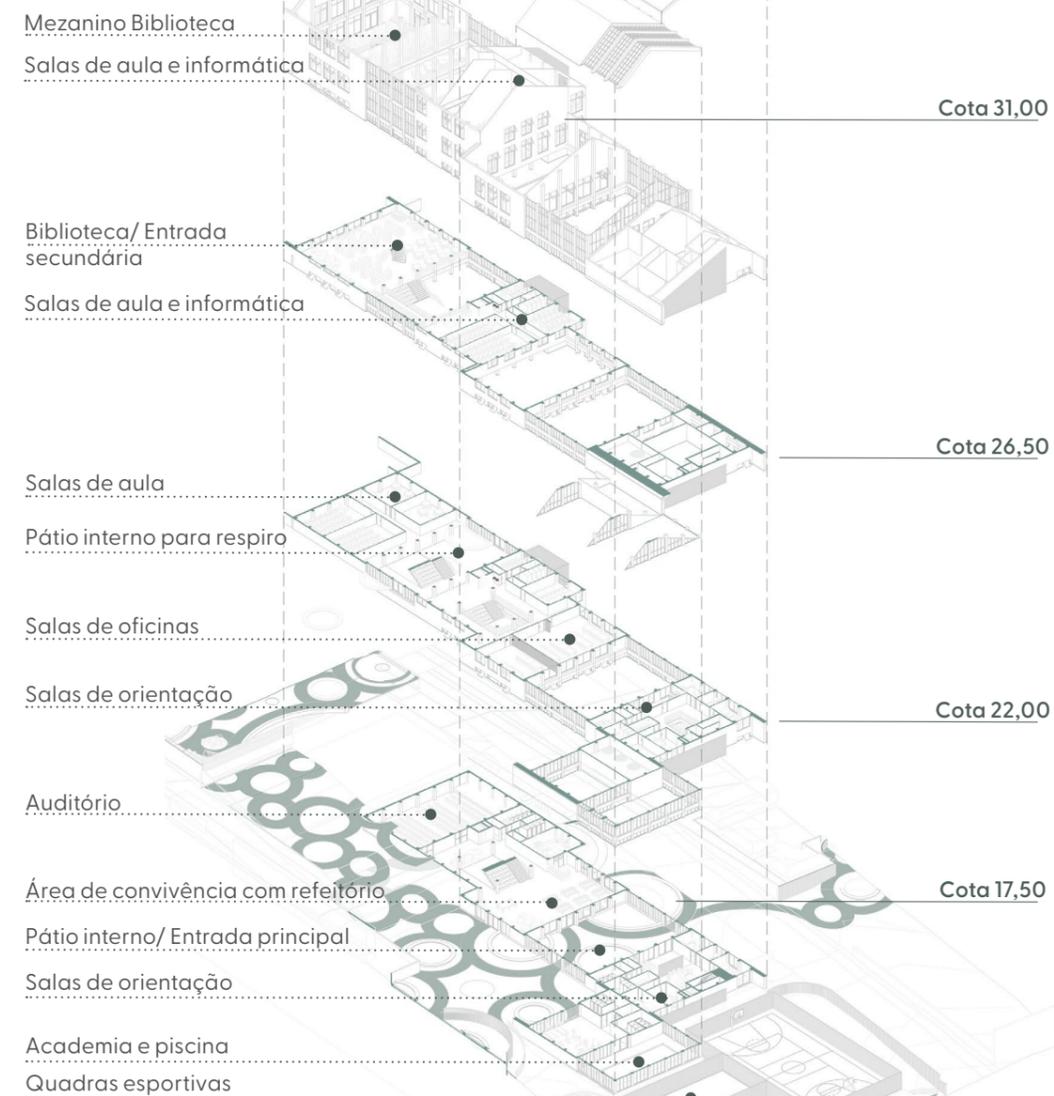


Imagem 28: Diagrama explodido do Instituto.



Elevação Sudeste
escala: 1/500



Imagem 29: Perspectiva da praça, cota 22.



Revestimento das paredes externas em telha metálica

Imagem 30: Perspectiva do bloco esportivo.



Esquadrias em pvc com acabamento amadeirado

Painéis e cobertura de vidro especial

Estrutura em madeira laminada colada

Elevação Noroeste escala: 1/500

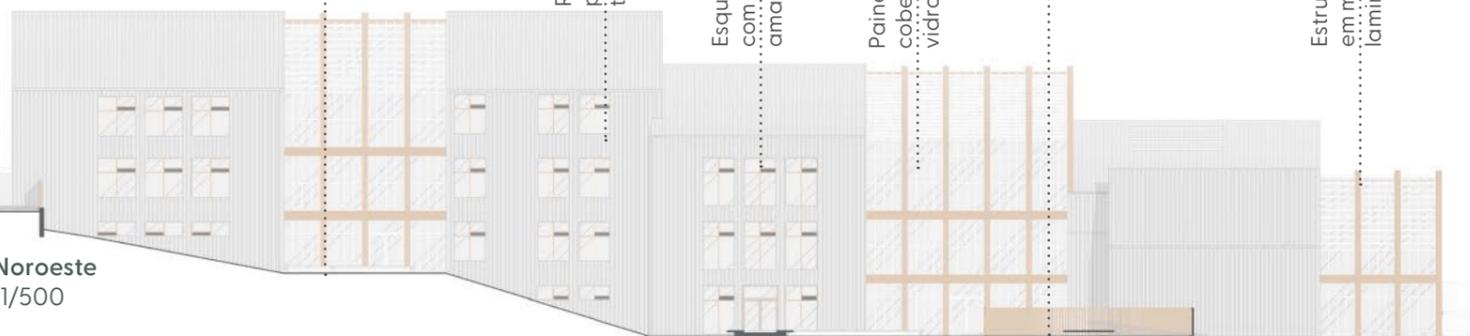


Imagem 31: Perspectiva do pátio interno, cota 22

Imagem 32: Perspectiva da praça, cota 26,50.



Imagem 33: Perspectiva do bloco educacional com a entrada secundária.



Brises metálicos com acabamento amadeirado

Gradil metálico com acabamento amadeirado

Elevação Nordeste escala: 1/500



Passarela de ligação entre a biblioteca e as salas de aula, passando pelo pátio interno

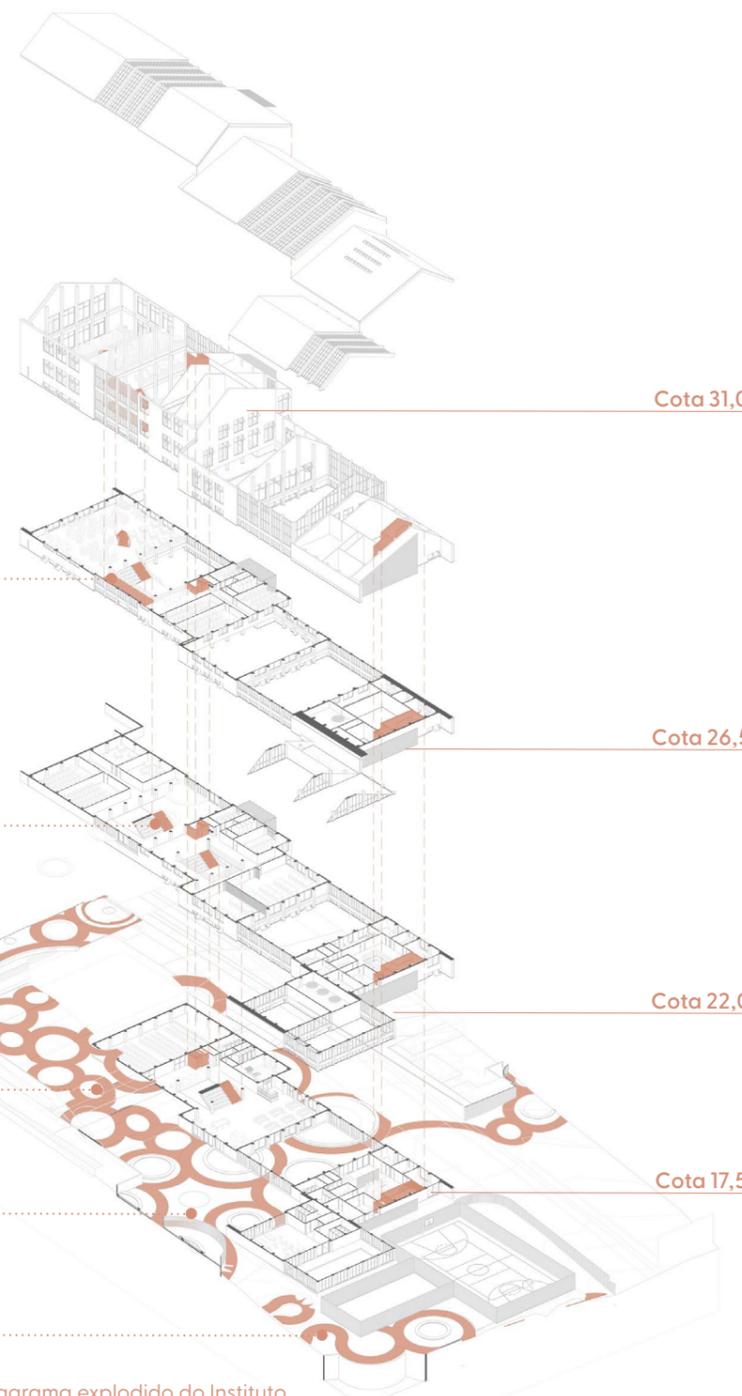
Escada com arquibancada

Praça externa e entrada secundária do Instituto, serve como um ponto de integração de todos os equipamentos do entorno; cota 26,50

Praça cota 22,00

Praça cota 17,50

Rampa curvilínea ligando a cota 17,50 com as quadras, cota 14,50 e o TIJAR cota 9



Cota 31,00

Cota 26,50

Cota 22,00

Cota 17,50

Imagem 34: Diagrama explodido do Instituto com as circulações destacadas.



Imagem 35: Perspectiva da entrada da vila

5.6 A Vila de Repúblicas

A vila de repúblicas do projeto Republicar, voltada exclusivamente para jovens egressos do sistema de acolhimento de Florianópolis, é composta por quatro casas geminadas, totalizando 8 unidades habitacionais. Cada unidade comporta no máximo 6 pessoas, em acordo com as orientações técnicas disponibilizadas pelo CONANDA, e é formada por dois quartos individuais, dois quartos duplos, um sala e cozinha, área de serviço compacta e dois banheiros. A escolha de disponibilizar dois tipos de quarto, ocorre através de uma leitura do estudo teórico feito anteriormente, o qual demonstra a necessidade de privacidade por alguns jovens e o medo de estar sozinhos por outros. Essa diferença de tipologia também auxilia na possibilidade de inserção de pequenos grupos familiares, como grupo de irmãos ou jovens com filhos. A vila ainda conta com um bloco de área social, onde é oferecido uma área de convivência com jogos, churrasqueira e uma lavanderia compartilhada, visto que a área de serviço presente nas unidades habitacionais é compacta. Há também o bloco administrativo que se encontra na parte mais alta do terreno pra melhor visão da vila e possui infraestrutura para os profissionais responsáveis pela organização do conjunto.

Assim como o instituto, os blocos da vila também possuem uma forma arquitetônica que remete a casa da infância, com o telhado de duas águas e isso se fortalece com as inclinações iguais. A materialidade, se mantém a mesma do instituto com uma estrutura de madeira laminada colada e fechamentos em wood frame, as paredes externas recebem o revestimento de telha metálica como um prolongamento do telhado e cada casa geminada recebe uma cor diferente nas esquadrias para trazer uma identidade para o grupo de moradores. Os blocos administrativo e social recebem o mesmo tratamento de painéis de vidro em uma porção da fachada para indicar seu diferente uso.

Imagem 36: Perspectiva dos quartos das repúblicas

Imagem 37: Perspectiva dos quartos das repúblicas



Elevação Sudoeste
escala: 1/500

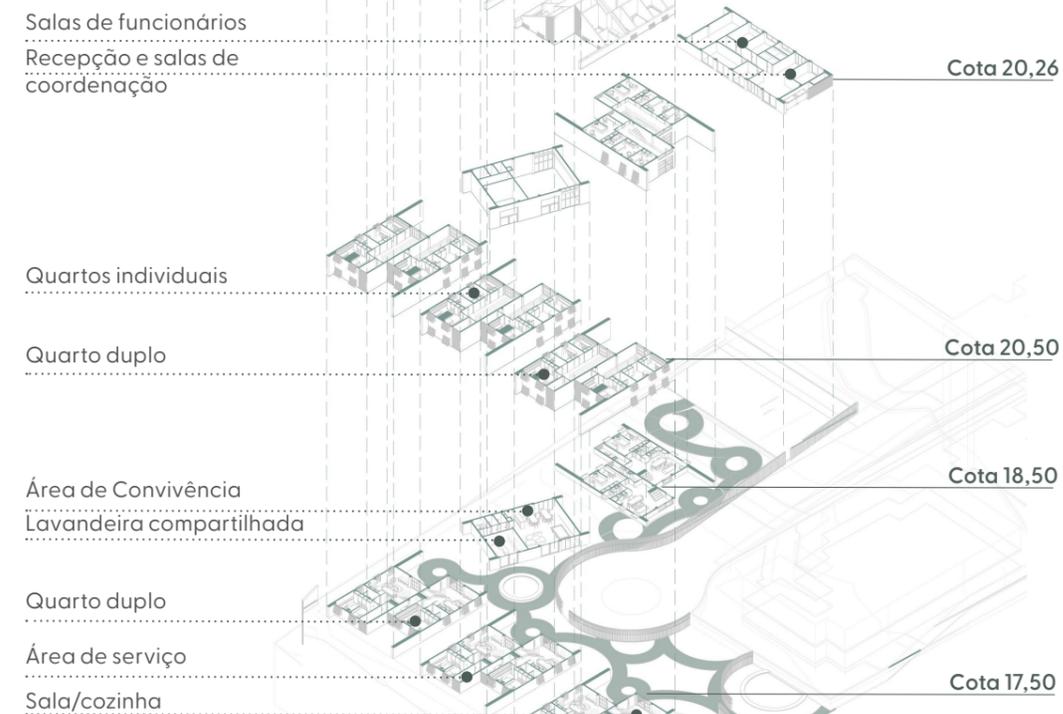
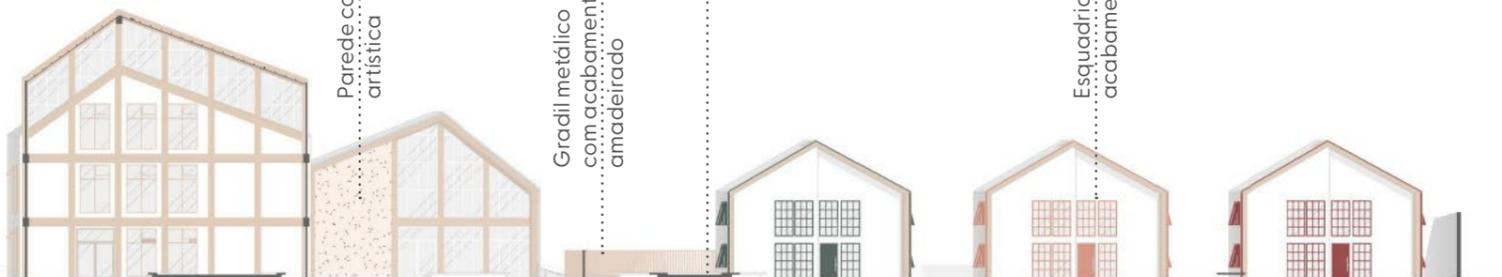


Imagem 38: Diagrama explodido a Vila.



Elevação Nordeste - Vila
escala: 1/500

Parede com pintura
artística

Gradil metálico
com acabamento
amadeirado

Esquadrias em pvc com
acabamento colorido

Imagem 40: Perspectiva de uma casa geminada com a área de convivência.

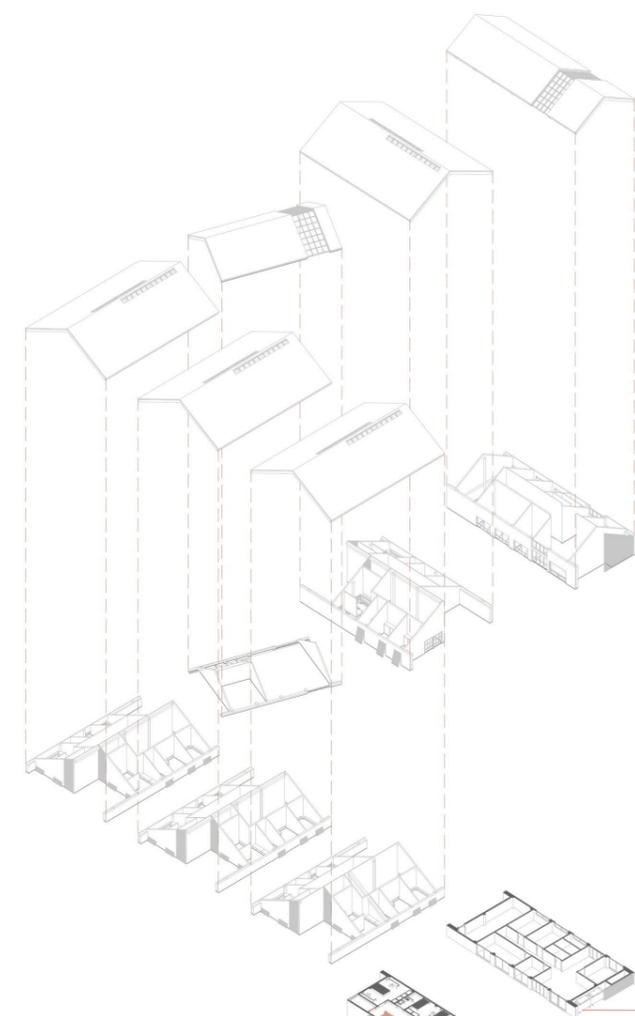


Revestimento das
paredes externas em
telha metálica

Parede com
pintura
artística

Brises metálicos
com acabamento
amadeirado

Elevação Sudeste - Vila
escala: 1/500



Cota 20,26

Acesso para o primeiro
pavimento através de
escadas

Cota 20,50

Espaços de estar para
incentivar o encontro
com os vizinhos de
república

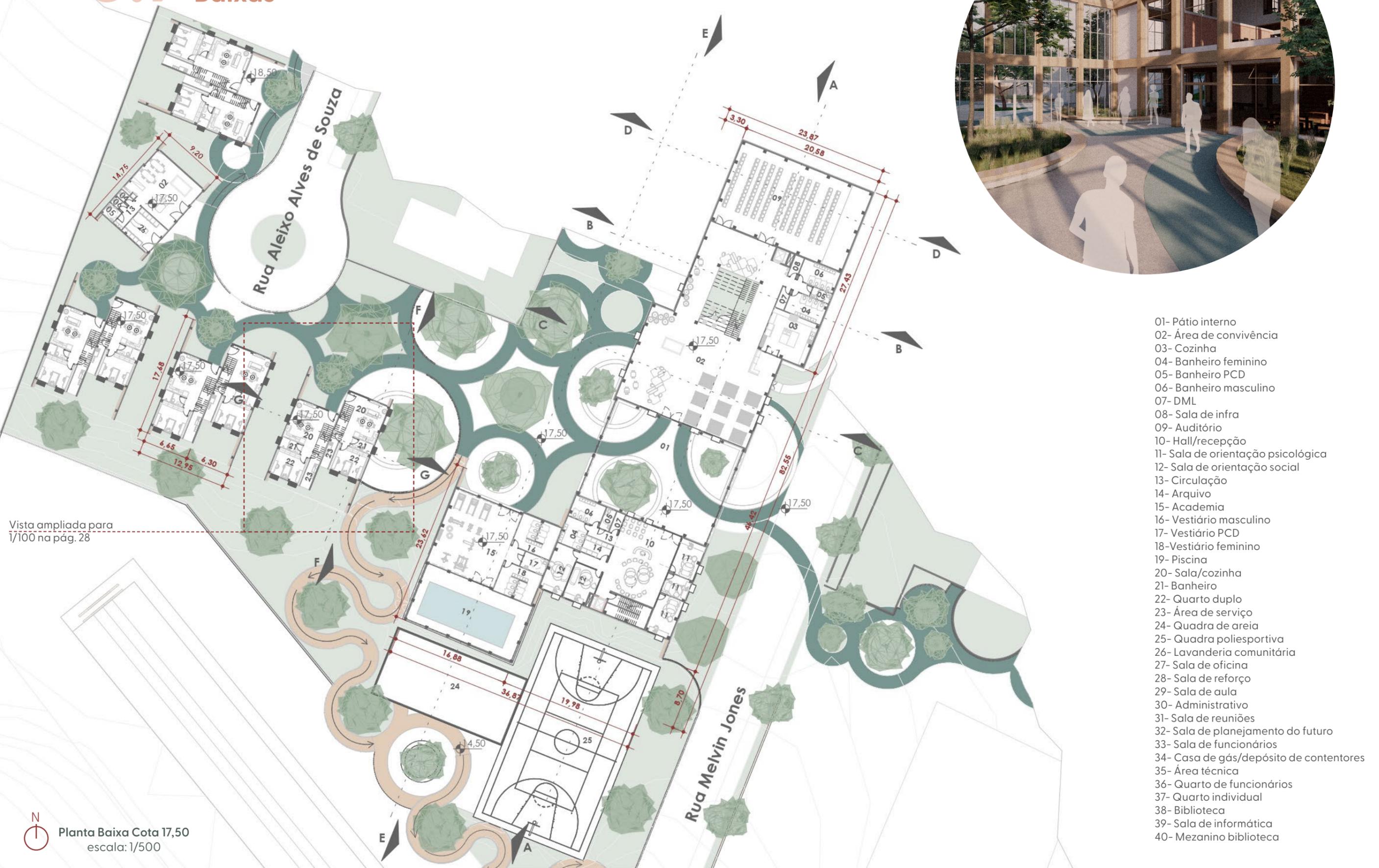
Cota 18,50

O desenho do piso segue a
linguagem do instituto

Cota 17,50

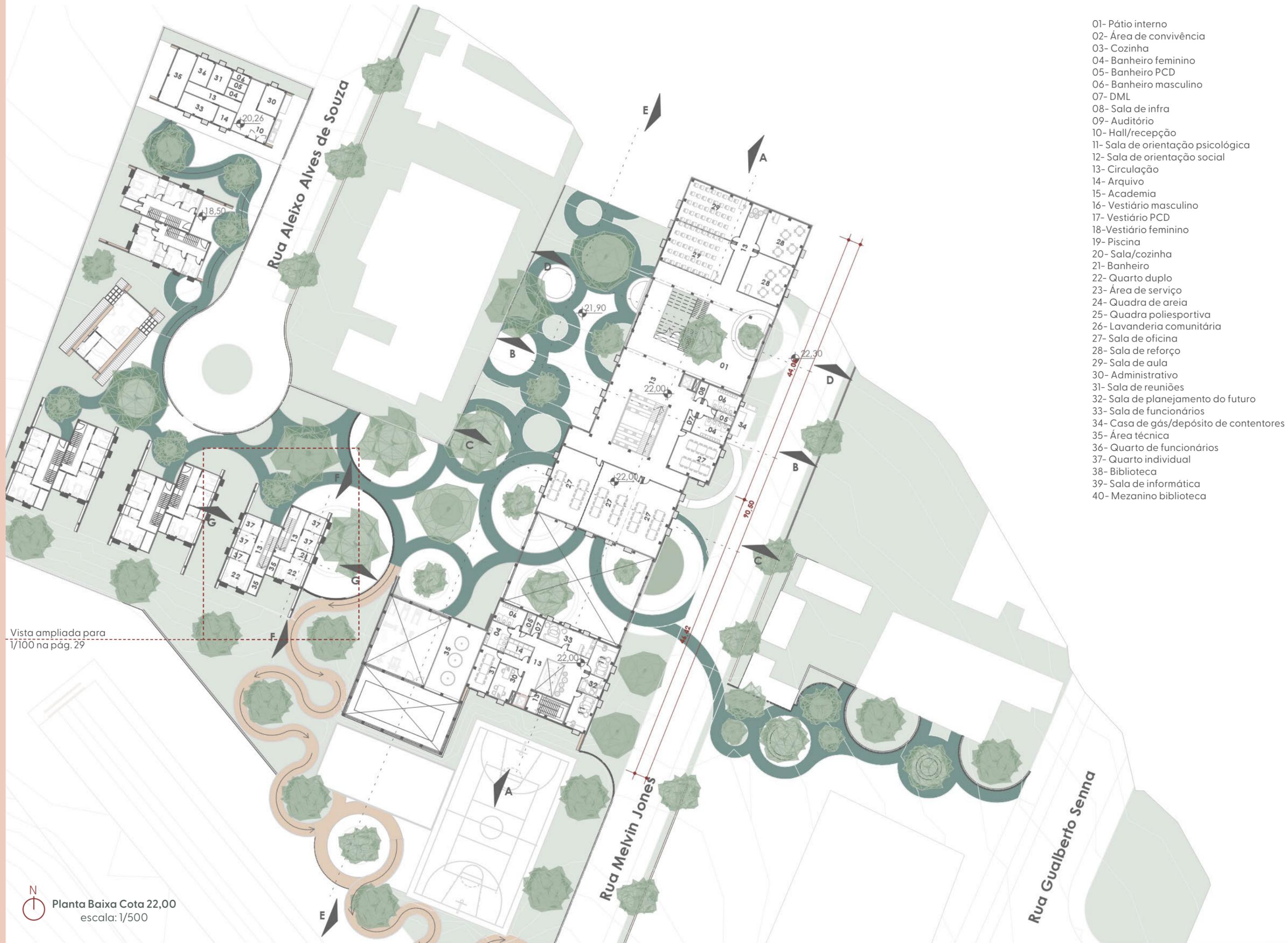
Imagem 41: Diagrama explodido da Vila com as circulações destacadas.

5.7 Plantas Baixas



- 01- Pátio interno
- 02- Área de convivência
- 03- Cozinha
- 04- Banheiro feminino
- 05- Banheiro PCD
- 06- Banheiro masculino
- 07- DML
- 08- Sala de infra
- 09- Auditório
- 10- Hall/recepção
- 11- Sala de orientação psicológica
- 12- Sala de orientação social
- 13- Circulação
- 14- Arquivo
- 15- Academia
- 16- Vestiário masculino
- 17- Vestiário PCD
- 18- Vestiário feminino
- 19- Piscina
- 20- Sala/cozinha
- 21- Banheiro
- 22- Quarto duplo
- 23- Área de serviço
- 24- Quadra de areia
- 25- Quadra poliesportiva
- 26- Lavanderia comunitária
- 27- Sala de oficina
- 28- Sala de reforço
- 29- Sala de aula
- 30- Administrativo
- 31- Sala de reuniões
- 32- Sala de planejamento do futuro
- 33- Sala de funcionários
- 34- Casa de gás/depósito de contentores
- 35- Área técnica
- 36- Quarto de funcionários
- 37- Quarto individual
- 38- Biblioteca
- 39- Sala de informática
- 40- Mezanino biblioteca





- 01- Pátio interno
- 02- Área de convivência
- 03- Cozinha
- 04- Banheiro feminino
- 05- Banheiro PCD
- 06- Banheiro masculino
- 07- DML
- 08- Sala de infra
- 09- Auditório
- 10- Hall/recepção
- 11- Sala de orientação psicológica
- 12- Sala de orientação social
- 13- Circulação
- 14- Arquivo
- 15- Academia
- 16- Vestiário masculino
- 17- Vestiário PCD
- 18- Vestiário feminino
- 19- Piscina
- 20- Sala/cozinha
- 21- Banheiro
- 22- Quarto duplo
- 23- Área de serviço
- 24- Quadra de areia
- 25- Quadra poliesportiva
- 26- Lavanderia comunitária
- 27- Sala de oficina
- 28- Sala de reforço
- 29- Sala de aula
- 30- Administrativo
- 31- Sala de reuniões
- 32- Sala de planejamento do futuro
- 33- Sala de funcionários
- 34- Casa de gás/depósito de contentores
- 35- Área técnica
- 36- Quarto de funcionários
- 37- Quarto individual
- 38- Biblioteca
- 39- Sala de informática
- 40- Mezanino biblioteca

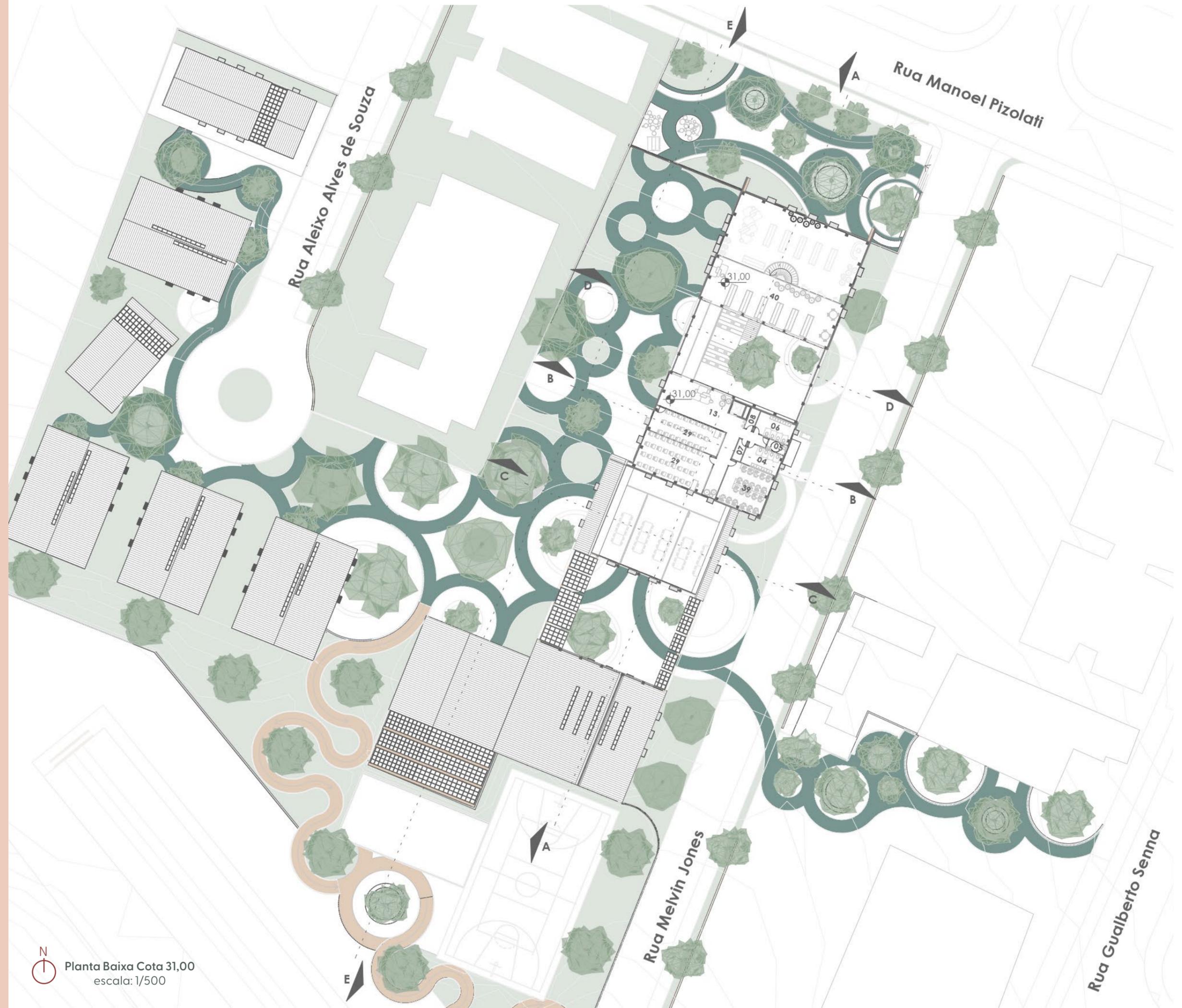
Vista ampliada para
1/100 na pág. 29



- 01- Pátio interno
- 02- Área de convivência
- 03- Cozinha
- 04- Banheiro feminino
- 05- Banheiro PCD
- 06- Banheiro masculino
- 07- DML
- 08- Sala de infra
- 09- Auditório
- 10- Hall/recepção
- 11- Sala de orientação psicológica
- 12- Sala de orientação social
- 13- Circulação
- 14- Arquivo
- 15- Academia
- 16- Vestiário masculino
- 17- Vestiário PCD
- 18- Vestiário feminino
- 19- Piscina
- 20- Sala/cozinha
- 21- Banheiro
- 22- Quarto duplo
- 23- Área de serviço
- 24- Quadra de areia
- 25- Quadra poliesportiva
- 26- Lavanderia comunitária
- 27- Sala de oficina
- 28- Sala de reforço
- 29- Sala de aula
- 30- Administrativo
- 31- Sala de reuniões
- 32- Sala de planejamento do futuro
- 33- Sala de funcionários
- 34- Casa de gás/dépósito de contentores
- 35- Área técnica
- 36- Quarto de funcionários
- 37- Quarto individual
- 38- Biblioteca
- 39- Sala de informática
- 40- Mezanino biblioteca



Planta Baixa Cota 26,50
escala: 1/500



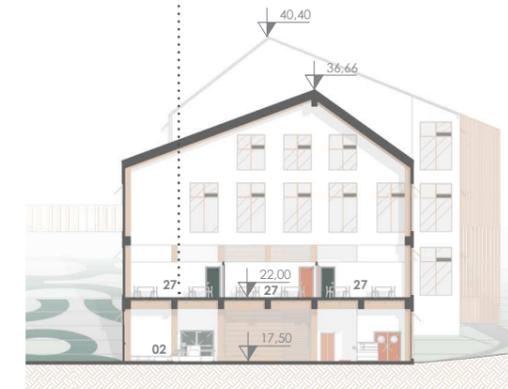
Planta Baixa Cota 31,00
escala: 1/500



Corte AA
escala: 1/500



Corte BB
escala: 1/500



Corte CC
escala: 1/500

5.8 Cortes

- 01- Pátio interno
- 02- Área de convivência
- 03- Cozinha
- 04- Banheiro feminino
- 05- Banheiro PCD
- 06- Banheiro masculino
- 07- DML
- 08- Sala de infra
- 09- Auditório
- 10- Hall/recepção
- 11- Sala de orientação psicológica
- 12- Sala de orientação social
- 13- Circulação
- 14- Arquivo
- 15- Academia
- 16- Vestiário masculino
- 17- Vestiário PCD
- 18- Vestiário feminino
- 19- Piscina
- 20- Sala/cozinha
- 21- Banheiro
- 22- Quarto duplo
- 23- Área de serviço
- 24- Quadra de areia
- 25- Quadra poliesportiva
- 26- Lavanderia comunitária
- 27- Sala de oficina
- 28- Sala de reforço
- 29- Sala de aula
- 30- Administrativo
- 31- Sala de reuniões
- 32- Sala de planejamento do futuro
- 33- Sala de funcionários
- 34- Casa de gás/depósito de contentores
- 35- Área técnica
- 36- Quarto de funcionários
- 37- Quarto individual
- 38- Biblioteca
- 39- Sala de informática
- 40- Mezanino biblioteca

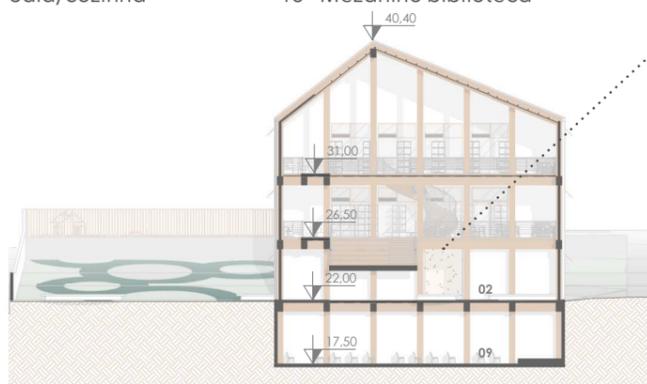
Imagem 45: Perspectiva da biblioteca.



Imagem 46: Perspectiva da academia.



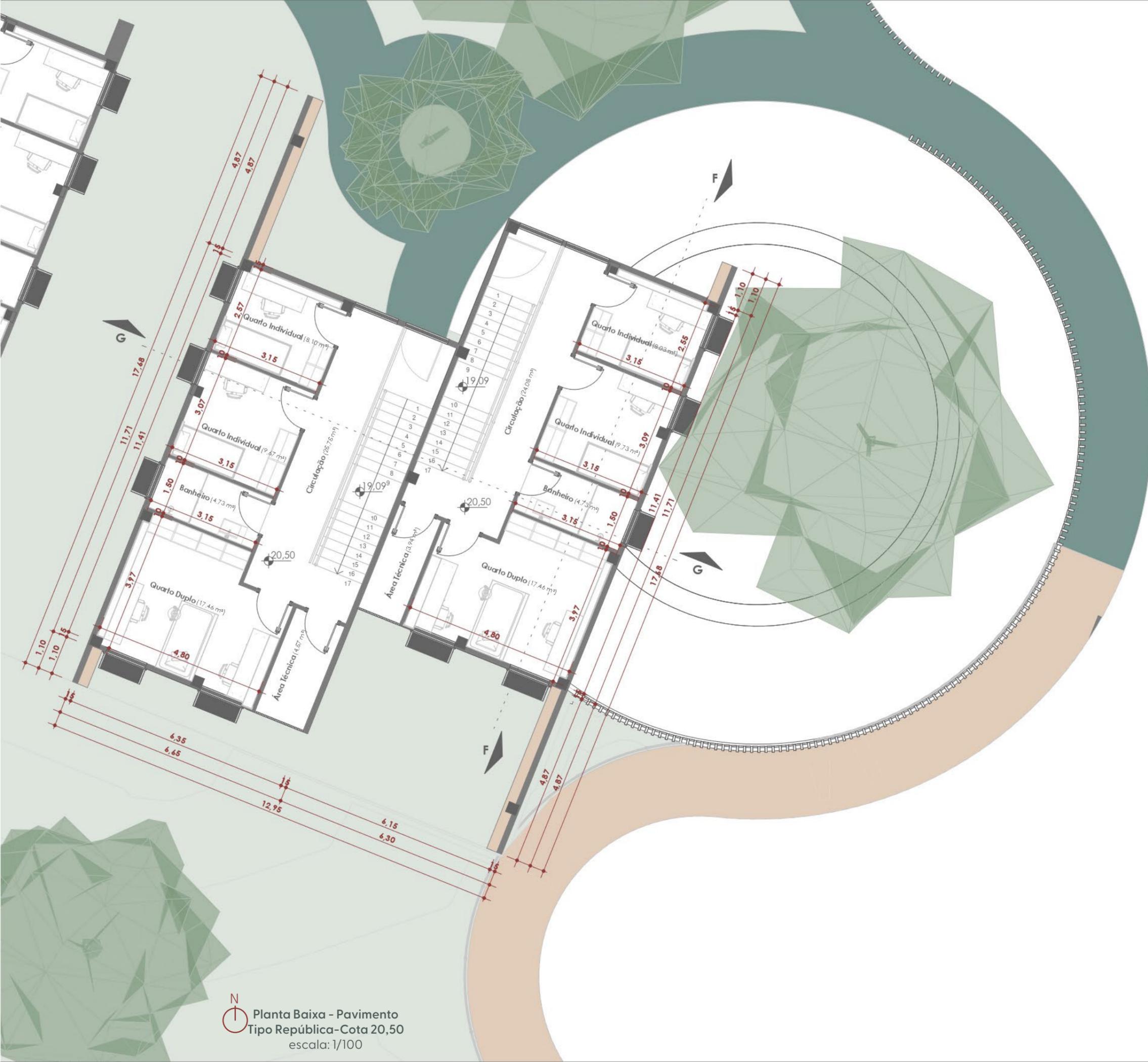
Imagem 47: Perspectiva da piscina.



Corte DD
escala: 1/500



Corte EE
escala: 1/500

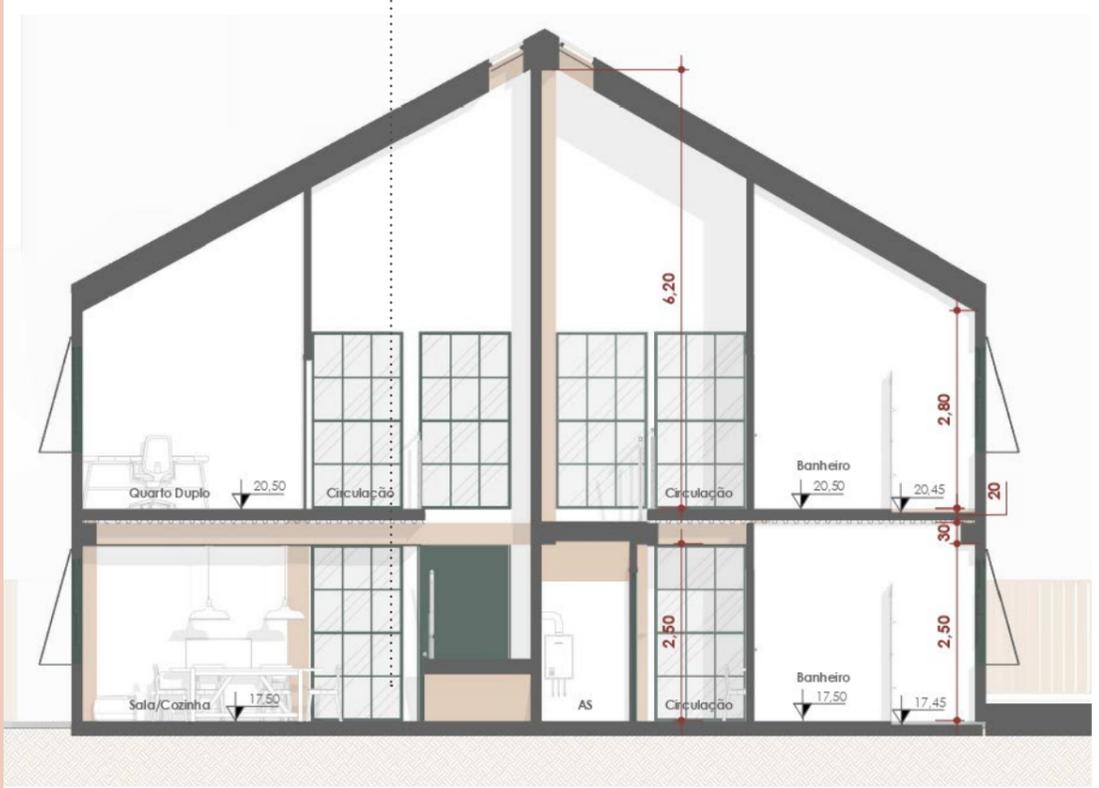


 Planta Baixa - Pavimento
Tipo República - Cota 20,50
escala: 1/100

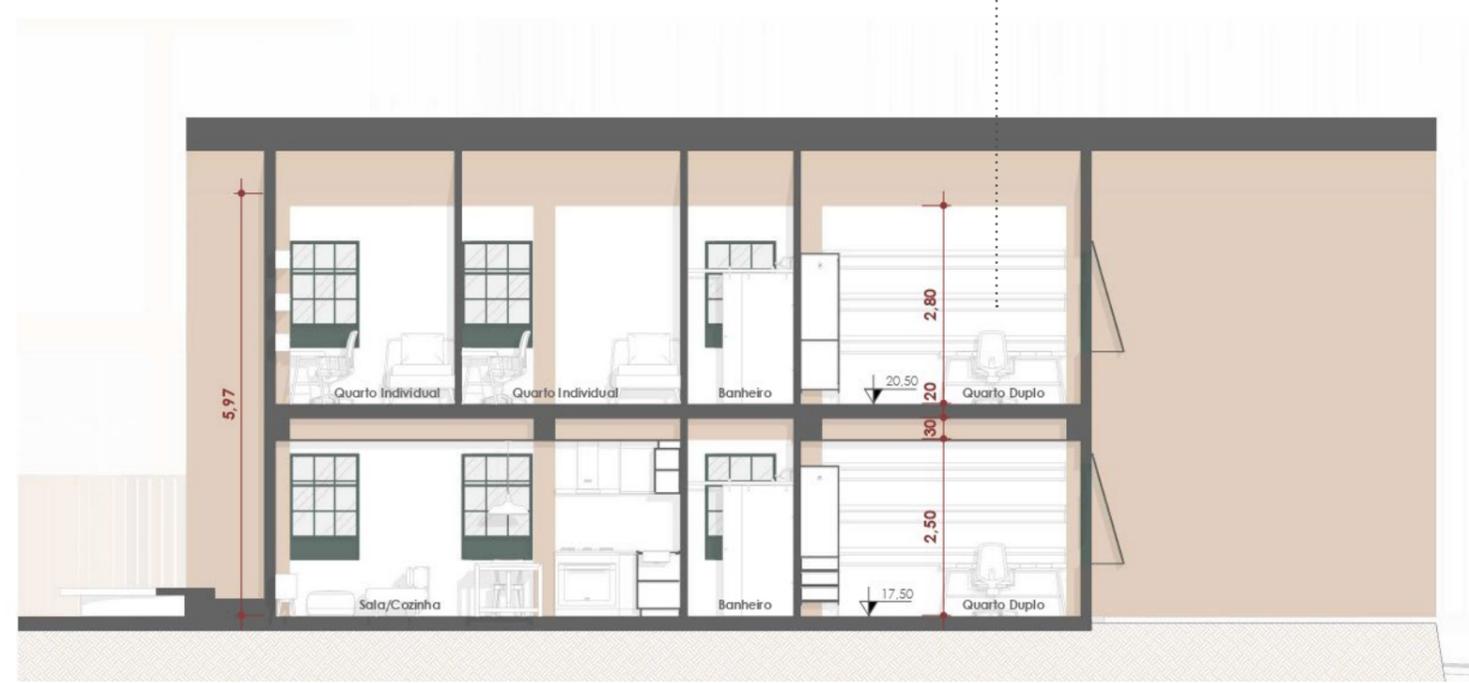
Imagem 48: Perspectiva da sala e cozinha de uma unidade habitacional.



Imagem 49: Perspectiva do quarto duplo de uma unidade habitacional.



Corte FF
escala: 1/100



Corte GG
escala: 1/100

Referências

- ARAGONÉS, J. I.; AMERIGO, M. **Psicología Ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2010. 472 p.
- BEE, Helen. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997. 656 p. Tradução de Regina Garcez.
- BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1118**, de 15 de julho de 2022. Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes e altera a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o Serviço Militar. Brasília, DF.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.010**, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.
- BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
- BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF.
- CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A.(Org.) **Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018. 272 p.
- FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025**.
- FRANCESCHINI, ÉRICA; WESCHENFELDER, V. I. **Como vaga-lumes na escuridão: histórias de adolescentes em instituição de acolhimento**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 33, n. 2, p. 108-116, 12 nov. 2021
- GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. 3. ed. Optimal Books, 2001.
- GÜNTHER, Hartmut. **Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa-Ambiente**. Estudos de Psicologia (Natal), [S.L.], v. 8, n. 2, p. 273-280, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2003000200009>.
- GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José de Queiroz; GUZZO, Raquel de Souza Lobo (orgs.). **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2019.
- HALL, Edward T. **A Dimensão Oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 258 p.
- LEAL, Noêmia S. B; CARVALHO, Maria E. G. **Sujeitos de Direito ou Sujeitos de Tutela? Memórias de Jovens Egressos sobre o Acolhimento Institucional em João Pessoa**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. 154 p.
- PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010. p.347-375.
- SAVI, Aline E. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. 301 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.
- SILVA, Martha E. S da. **Acolhimento Institucional: A Maioridade e o Desligamento**. 135 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.
- WESTIN, F. Alan. **Privacy and Freedom**. Nova York: IG Publishing, 2015. 500p.